1198501688

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Dissertação de Mestrado

O PREÇO DA TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO
1964 - 1982

Mestrando: RONALDO BERNARDES OLIVEIRA
Orientador: PROF. ROBERTO MÁRIO PEROSA JÚNIOR

MAR/83

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

DA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

RONALDO BERNARDES OLIVEIRA

O PREÇO DA TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO

1964-1982

Fundação Getulio Vargas
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo
Biblioteca
FGV
1688/85
1198501688

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV-Área de Concentração: Economia Aplicada à Administração, como requisito para obtenção de título de mestre em Administração.

ORIENTADOR: Prof. Roberto Mario Perosa Junior

SÃO PAULO
1983

Escola de Administração de Empresas de São Paulo

Data	...o de Chamada
17/5	332.74(816.1) 048p
N.o Volume	Registrado por
1688/85	M

Dis; e.2

OLIVEIRA, Ronaldo Bernardes. O Preço da terra no Estado de São Paulo: 1964-1982, São Paulo, EAESP/FGV, 1983. 105p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Economia Aplicada à Administração.

Resumo: Trata do problema da variação do preço da terra no Estado de São Paulo no período pós-64 até início dos anos 80, caracterizando e apontando as causas que condicionaram o comportamento do mercado de terras em São Paulo. Relaciona a formação do preço da terra à teoria clássica da renda fundiária e às políticas econômicas voltadas para o setor agrário nos últimos 30 anos, destacando o papel do crédito rural subsidiado.

Palavras-Chaves: Preço da terra - Renda da terra - São Paulo - Crédito Rural - Política Econômica - Agricultura, etc.

O PREÇO DA TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO

1964-1982

Banca Examinadora

Prof. Orientador: Roberto Mario Perosa Junior

Prof.

Prof.

Aos meus pais,
Ao Eduardo e
à Corina.

PREFÁCIO

Agradeço a algumas pessoas que colaboraram intensamente para que esta Dissertação de Mestrado pudesse ser concretizada.

Ao amigo e professor Roberto Mário Perosa Junior, o meu muito obrigado pelo muito que me orientou / para a elaboração deste estudo;

Ao Francisco Humberto Vignoli, companheiro de estudo e, acima de tudo, amigo inseparável, que na longa batalha travada desde os tempos de Curso Vestibular, participou diretamente das minhas tristezas e alegrias cotidianas, o meu carinho e reconhecimento.

Agradeço, ainda, de coração:

a Bete e a Rita, pela ajuda na revisão do texto;
aos amigos José Rubens dos Santos, Wilson Morato e Ronaldo Margini Marques, pelo estímulo constante;
a Rose, pela confecção da capa;
a Irma e a Monique, pela datilografia do texto original;
a Antônio Durante, pela cessão da máquina xerox, o que possibilitou a tiragem de cópias exigidas/ pela Escola;

ao David, pela confecção dos gráficos;

em especial, agradeço a Marcia, minha companheira cuja ajuda espiritual foi fundamental para que eu pudesse ultrapassar os momentos de tensão e prosseguir em frente.

Página

INTRODUÇÃO 01

NOTAS 10

CAPÍTULO I

A RENDA DA TERRA - ALGUMAS NOÇÕES BÁSICAS 12

NOTAS 33

CAPÍTULO II

POLÍTICA ECONÔMICA E SETOR AGRÁRIO NO BRASIL - BREVE RETROSPECTIVA 35

1. Dos anos 30 à crise dos anos 60 35
2. Período de transição - 1964 a 1967 55
3. Período 68-73 - A economia em crescimento 65
4. Período 74-82 - Novamente a crise 75
5. Conclusão 81

NOTAS 83

CAPÍTULO III

PREÇO DA TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS VARIAÇÕES CÍCLICAS NO PERÍODO 1964-82 87

1. Sistema Nacional de Crédito Rural 90
2. Programas Especiais 94
3. Subsídio Fiscal - A Cédula "G" 95
4. Os subsídios e o preço da terra agrícola. 96

Página

CONCLUSÃO 132

BIBLIOGRAFIA 134

QUADROS E GRÁFICOS

CAPÍTULO I

QUADRO I - TRANSFORMAÇÃO DOS VALORES EM PRE - ÇOS DE PRODUÇÃO-DADOS HIPOTÉTICOS. 18

QUADRO II- CÁLCULO DA RENDA DIFERENCIAL ANTES DA RENDA ABSOLUTA 26

QUADROIII- CÁLCULO DA RENDA DIFERENCIAL COM A A INCLUSÃO DA RENDA ABSOLUTA 27

CAPÍTULO II

QUADRO I - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMI - CAMENTE ATIVA POR SETOR DE ATIVIDA- DE - 1920/40 - BRASIL 36

QUADRO II- POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETOR - 1940/60 - BRASIL 41

QUADROIII- ÍNDICE DO PRODUTO REAL PARA O SETOR AGRÁRIO E STOR INDUSTRIAL - 1947 A 1960 - BRASIL 42

QUADRO IV- CRÉDITO AGRÍCOLA DE CUSTEIO EM RELAÇÃO AO PRODUTO AGRÍCOLA(%) - 1951 A 1960 - BRASIL 48

QUADRO V - SUBSÍDIOS IMPLÍCITOS NA IMPORTAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS - 1953 A 1961- BRASIL 49

Pagina

QUADRO VI - CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA - 1940-60 - TAXA MÉDIA . 51

QUADRO VII- TAXAS PREVISTAS E REAIS DE INFLAÇÃO 1964-66..... 57

QUADROVIII- EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DO SALÁRIO NA INDÚSTRIA COM BASE NO PESSOAL TOTAL OCUPADO . 1963 A 1967 - BRASIL 59

QUADRO IX - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA RURAL DE ACORDO COM O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS BRASIL - 1970/75 70

QUADRO X - EVOLUÇÃO PERCENTUAL ACUMULADA DA UTILIZAÇÃO DE INSUMOS BÁSICOS PELA AGRICULTURA - 1967/75 - BRASIL 71

QUADRO XI - ESTRUTURA PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 1965 A 1974 72

CAPÍTULO III

QUADRO I - EVOLUÇÃO DAS TAXAS REAIS DE JUROS / CRÉDITO RURAL NO BRASIL-1970 A 1980 92

QUADRO II - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO CRÉDITO/ RURAL AOS PRODUTORES- BRASIL 1969 A 1976 93

QUADRO III- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRÉDITOS RURAIS CONCEDIDOS - BANCO DO BRASIL - 1941-70 100

QUADROS IV A XII - PREÇOS DA TERRAS - 1969/83 . 102 a 119
e

GRÁFICOS I A IX

Página

QUADRO XIII - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL - BRASIL - 1973 a 1981 123

QUADRO XIV - PREÇO DA TERRA- EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VARIAÇÃO REAL ACUMULADO - ESTADO DE SÃO PAULO- 1973 a 1981 124

QUADRO XV - UNIDADES DE PRODUTO AGRÍCOLA NECESSÁRIAS PARA ADQUIRIR UM HECTARE DE TERRA -ESTADO DE SÃO PAULO 1972-1980 126

INTRODUÇÃO

É recente a retomada da discussão a respeito do papel que o setor agrário deve desempenhar na economia brasileira.

Muitos estudos têm abordado questões, procurando com base no desempenho do setor agrícola nos últimos anos, expresso em estatísticas atualizadas, desvendar os efeitos resultantes de políticas econômicas na resolução dos problemas conjunturais enfrentados pela agricultura.

De uma análise voltada para o setor agrário de cunho estritamente funcional, característica dos anos 60 — no plano interno, como supridor de alimentos e de mão-de-obra para a indústria, e no plano externo como gerador de divisas — o debate atual *"inverte a tendência, trazendo a nítida preocupação de mostrar que o setor agrícola não apenas exerce e deve exercer certas funções, mas exige igualmente a formulação e execução de uma política agrícola que leve em conta os demais setores, por considerar a agricultura integrada e interdependente do resto da economia. Agricultura não mais somente afetando os outros setores com seu comportamento mas, também, sendo influenciada de fora. Agricultura que deve ser analisada como um setor igual aos outros."* (1)

Essa mudança de enfoque, nos parece, derivou-se por um lado, das condições internas do desenvolvimento do capitalismo em nosso país, tanto a nível do setor urbano como rural, desenvolvimento este que teve como constante a

atuação do Estado (principalmente após 1964) — entendido aqui como o centro de correlação de forças das facções da classe dominante, e por outro lado, das condições exógenas à nossa economia, representadas pelas variações cíclicas das condições de reprodução do capitalismo nos países desenvolvidos.

Internamente, a crescente oligopolização da economia brasileira verificada principalmente no setor industrial a partir dos anos 70, implicou um aprofundamento nas diferenças estruturais entre os setores indústria e agricultura, na medida em que o segundo apresenta, em função das características próprias de estrutura de mercado — bem próxima do esquema concorrencial de preços — uma crescente dificuldade de manter competividade em termos de troca com o setor industrial.

Na indústria ... "*os oligopólios administram os preços de mercado com o objetivo de obter uma taxa de lucro monopolista, bem acima da taxa competitiva (média). Na agricultura as condições de entrada são livres... Assim sendo, em geral as atividades agrícolas são altamente competitivas em termos de preços, e, no confronto com a indústria oligopolizada, tanto na compra de insumos e máquinas como na venda de seus produtos, acabam sofrendo uma contínua perda em termos de troca. Os preços relativos do setor agrícola acabam sendo permanentemente deprimidos, tendendo a destruir a taxa de lucro e a renda de terra.*"(2)

Nesse sentido, é que o Estado seria chamado a intervir, de modo a tentar recompor, através de políti-

cas setoriais a rentabilidade da atividade agrícola, bem como promover a modernização que seria necessária ao aumento da produtividade no campo. Sem entrar no mérito da validade ou não dessa posição, dois caminhos se apresentam para tornar concreta a intervenção do Estado no perfil do setor agrário.O primeiro, pela política de transferência de renda ao setor, via combinação de medidas creditícias, tais como implementação de subsídios implícitos aos empréstimos, o que contribuiria para o rebaixamento do componente global dos custos de produção da empresa agrícola, atendendo tanto aos objetivos de elevação de rentabilidade, como ao estímulo à capitalização no setor como um todo. Um segundo caminho seria a adoção de medidas alternativas tais como: política de preços agrícolas, implementação de obras de infraestrutura, reestruturação fundiária, incremento de pesquisas com vistas à conservação de solos e/ou desenvolvimento de novas técnicas de plantio, etc.

A realidade nos leva a afirmar, sem receio de erro que, no Brasil, a opção feita nas últimas duas décadas refletiu a preferência pelos mecanismos de ajuste representados pelo crédito subsidiado. "*Uma justificativa para tal política talvez tenha sido a crença, entre os responsáveis pelas decisões de que, devido aos pesados tributos diretos, indiretos e disfarçados que oneram o setor rural, os retornos eram baixos para investimentos em atividades agrícolas, de tal modo que esses somente seriam mantidos ao nível desejado se o capital utilizado pelo setor se tornasse menos oneroso. Isto é, o crédito subsidiado compensaria, pelo menos parcialmente, as penalidades impostas ao setor agrícola*".(3)

Para SAYAD(4) o governo preferiria a polí-

tica de crédito como instrumento de planejamento, por representar *"uma solução mais segura que o planejamento via preço"*, na medida em que *"os montantes disponíveis para crédito são criados imediatamente e não é preciso aguardar uma mobilização de poupança do setor privado via aumento de lucro ou transferência de ativos de um setor para outro"*.

Cumpre notar, que tal política somente reforçou uma prática existente desde 1937, quando da criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, que possuía uma filosofia voltada à *"garantia da existência de recursos para financiamento das atividades rurais, a partir de fontes supridoras que alimentariam o Banco do Brasil; estabelecimento de prazos adequados à natureza e especificidades das operações; concessão de taxas de juros favorecidas, já que os financiamentos seriam feitos a custos inferiores àqueles normalmente cobrados de outros setores da economia."*(5) *(o grifo é nosso)*

Não queremos dizer com isso que não houve mudanças qualitativas na forma de captação e aplicação de recursos destinados ao setor agrícola, quando da passagem da CREAI do Banco do Brasil para o Sistema Nacional de Crédito Rural (Lei nº 4.829 de 05.11.65). O que pretendemos é validar a hipótese de que a filosofia básica não mudou, ou seja, a de garantir à agricultura um patamar de custos financeiros que lhe proporcionasse uma margem de rentabilidade capaz de estimular o aumento da produção.

Essa preocupação do Estado do pós-30 até

os dias atuais, foi fruto da necessidade de, ao mesmo tempo em que se penalizasse o setor agrícola com o objetivo de transferir a renda para o incremento da acumulação do capital industrial, oferecer a esse mesmo setor condições que estimulassem pelo menos a manutenção das taxas relativas de crescimento da oferta de produtos (alimentos e matérias-primas) para o abastecimento da estrutura industrial. "*Ao subsidiar os alimentos que compõem o custo da produção (Agrícola), o Estado garante a geração de um sobrelucro nessa atividade, que pode em parte ser apropriado pelos proprietários rurais, que são também os empresários capitalistas, mas que acima de tudo viabiliza a sua transferência para fora do setor agrícola.*

É preciso destacar nessa formulação que:

a) *parte desses "subsídios" que aparecem ao setor agrícola são na verdade formas de viabilizar a acumulação em determinados setores da indústria, como é o caso dos chamados "insumos modernos", entre os quais se destacam as máquinas e equipamentos agrícolas, os fertilizantes e os defensivos químicos;*

b) *esses subsídios têm na verdade, em contrapartida, assegurado baixos preços dos produtos agrícolas através de mecanismos de incentivos e confiscos que permitem ao capital industrial — comercial atuar na captação dos excedentes do meio rural"* [6].

A eficácia desse tipo de política agrícola,

cujo principal investimento é o crédito subsidiado, está atualmente sendo questionada de forma contundente por alguns intelectuais, que apontam efeitos desastrosos dos quais se destacam:

a) Rombos frequentes no orçamento monetário - originados principalmente pela existência da "conta em aberto" do Banco do Brasil;

b) Participação inexpressiva dos pequenos produtores na obtenção de empréstimos rurais — dado que o "*primeiro critério para o recebimento (do crédito) é a posse da terra, requisito que se faz mister para restringir os fundos subsidiados ao setor rural*"(7).

c) Concentração da propriedade fundiária;

d) Processo de especulação no mercado de terras — refletido pelo aumento vertiginoso dos preços da terra rural no Brasil.

Dentre esses efeitos, interessou-nos estudar o processo de formação de preços no mercado de terras como reflexo da política econômica, no que tange aos programas de suporte financeiro ao capital agrícola.

O que se afirma é que o preço da terra não estaria condicionado exclusivamente à dinâmica do processo produtivo. "*A sua valorização, enquanto forma de investimento*,

passa a ter um componente que não deriva do processo produtivo. A valorização da terra de per si pode até mesmo relegar a sua condição de meio de produção a uma posição secundária, dado que sua realização, enquanto propriedade privada não provêm mais, necessariamente, de um excedente acima do lucro obtido pelo capital."(8)

A terra, nessa condição, exerceria a função de reserva de valor, e a sua posse garantiria, independentemente da produção, sua renda condicionada à própria elevação do preço, ou seja, ao *"diferencial esperado do preço da terra de um ano para outro."*(9)

Esse diferencial de renda, proporcionado pela expectativa de elevação do preço do ativo terra é considerado por RANGEL como 4º renda — além da renda diferencial I e II e renda absoluta — que "mensurável no processo de reavaliação de ativos, opera como se de fato fosse uma renda territorial até porque perde-se a consciência de sua verdadeira etiologia. Assim mesmo a terra não utilizada — a qual, conseguentemente não produz nenhuma verdadeira renda territorial — — produz 4º renda, a qual se soma às outras, caso existam e, dado que o preço da terra é uma função direta da renda total, dito preço pode distanciar-se grandemente do que se resultaria da capitalização da renda strictu-sensu"(10).

No caso brasileiro, o ganho real proporcionado com a apropriação privada de terras estaria nos últimos anos ligado por um lado, à ausência de um mercado de capitais estruturado, capaz de oferecer à poupança privada um campo

de inversão com altas taxas de retorno e pouco risco e por outro à política econômica do governo dirigida para o setor agrário, consubstanciada no crédito subsidiado e dos incentivos fiscais.

É exatamente essa relação, evolução do preço da terra/política econômica voltada ao setor agrário, que queremos abordar restringindo-nos ao caso específico do Estado de São Paulo.

No primeiro capítulo lançamos mão da concepção marxista da renda fundiária e consequentemente da formação do preço da terra, que na sua essência constituir-se-ia em "... *preço de compra não do solo, mas da Renda Fundiária que ele proporciona, calculando-se esse preço de acordo com a taxa corrente de juro*".(11)

Pareceu-nos necessário apontar as noções básicas a respeito da concepção clássica da renda da terra, à medida em que é com base nesta concepção que assenta a discussão maior do objeto central do presente trabalho.

Para completar o quadro referencial, elaboramos uma breve retrospectiva da economia brasileira nos últimos 30 anos (capítulo II), procurando destacar a influência das políticas econômicas adotadas pelo Estado na própria evolução do setor agrário.

Finalmente no terceiro capítulo, estudamos

a evolução do preço da terra no Estado de São Paulo no período 1964-82, com o objetivo de demonstrar que a concepção clássica da formação do preço da terra não é suficiente para enterdermos o comportamento dos preços das propriedades fundiárias, visto que tal comportamento tem uma correlação intensa, não só com o tipo de política econômica adotada pelo Estado nestes últimos anos, como também com os ciclos de expansão e contração da própria economia brasileira.

N O T A S

01 - ROBERTO MÁRIO PEROSA - Política Agrícola no Brasil, in Coleção Análise e Pesquisa - vol. 25 - Secretaria do Planejamento — (Brasília 1982), pg. 89.

02 - YOSHIAKI NAKANO - Questões prioritárias na formulação de Políticas Agrícolas in Coleção Análise e Pesquisa — — vol. 25 - Secretaria do Planejamento (Brasília,1982, pg. 128.

03 - ADILSON JOSÉ DA COSTA REGO E CHARLES L. WEIGHT - Uma análise da distribuição do Crédito Rural no Brasil in Revista de Economia Rural - vol. 19, nº 2 (Brasília,1981) pg. 219.

04 - JOÃO SAYAD - Planejamento, Crédito e Distribuição de Renda in Estudos Econômicos, vol. 12, nº 2 (São Paulo, 1982), pg. 15.

05 - DERCIO GARCIA MUNHOZ - Economia Agrícola - Agricultura — — Uma defesa dos subsídios - Editora Vozes (Petrópoles, 1982), pg. 20.

06 - JOSÉ GRAZIANO DA SILVA - Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura, Editora Hucitec (São Paulo, 1981), pg. 66.

07 - ADILSON JOSÉ DA COSTA REGO e CHARLES L. WRIGHT, Op. cit., pg. 221.

08 - JOSÉ GRAZIANO DA SILVA - Op. cit., pg. 62 e 63.

09 - IGNÁCIO RANGEL - "Questão Agrária e Capitalismo", in Encontros com a Civilização Brasileira, nº 7 (Rio de Janeiro, 1979), pg. 190.

10 - IGNÁCIO RANGEL - Estrutura Agrária, Sociedade e Estado in Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), (Campinas, 1978), pg. 33.

11 - KARL MARX - O Capital, Editora Civilização Brasileira, Livro 3, vol. 6, Cap. XXXVII (Rio de Janeiro, 1974), pg. 715.

CAPÍTULO I

A RENDA DA TERRA - ALGUMAS NOÇÕES BÁSICAS

Com o advento do Modo Capitalista de Produção (MCP) a terra passa a pertencer a uma determinada classe "criada" historicamente pelos modos de produção anteriores. É esse monopólio, essa propriedade privada da terra que permite ao seu detentor jurídico uma participação econômica, através da apropriação de parte do produto do trabalho social, à medida em que depende dele o acesso do capitalista à terra para a produção de mercadorias agrícolas.

"Ela (a classe dos proprietários fundiários) não participa do processo produtivo, que coloca face a face o proprietário do capital (meios de produção) e o vendedor da força de trabalho, mas se apropria de parte da mais-valia produzida neste processo, pelo fato de dispor de um título jurídico sobre a terra."(1)

A parcela da mais-valia que é apropriada pelo proprietário da terra, dado o seu título jurídico, é portanto o resultado de relações sociais concretas, determinadas em um modo de produção específico que "invade" o campo: o Modo Capitalista de Produção.

O segredo deste movimento só pode ser explicado pela existência da lei do valor, que rege a produção

de mercadorias, colocando de um lado uma classe historicamente determinada, proprietária dos meios de produção, e de outro o trabalhador, que desprovido desses meios de produção , tem que vender sua força de trabalho como sua condição única de reprodução.

O valor de qualquer mercadoria é composto de três componentes a saber: capital constante (capital fixo e circulante), capital variável e mais-valia efetivamente gastos quando da produção da mercadoria.

O capital constante contitui-se de toda a gama de meios de produção, representada por edifícios, maquinário, etc. (capital fixo) e por matérias-primas (capital circulante). O capital variável é dado pela quantidade de força de trabalho utilizada no processo de produção. A mais-valia corresponde ao excedente ou acréscimo de valor do capital adiantado no circuito da produção.

Utilizando a nomenclatura de Marx, em O Capital, temos:

Valor-mercadoria = c+v+m

onde c = capital constante

v = capital variável

m = mais-valia

Uma parte do valor-mercadoria corresponde

ao preço de custo da produção constituído de c+v, cuja grandeza em termos monetários abrange os gastos efetivos desembolsados pelo capitalista para o desencadeamento da produção (capital consumido).

Se o retorno em termos monetários para o capitalista, advindo da venda de seus produtos, fosse igual ao preço de custo, isto somente garantiria ao proprietário do capital a recuperação do montante investido na produção, sem conceder-lhe nem um tostão a mais.

Como a valorização do dinheiro em capital é condição sine qua non para a própria existência do Modo Capitalista de Produção, o retorno esperado pelo proprietário dos meios de produção deve conter um ganho adicional, que o motive a investir novamente. Esse ganho adicional nada mais é do que o lucro ou mais-valia, representado pelo diferencial entre o valor-mercadoria e o preço de custo, e que tem sua origem na apropriação gratuita por parte do capitalista, de parte da força de trabalho incorporada à produção. Em outras palavras, o lucro auferido pelo proprietário do capital na produção e realizado quando da venda do produto é resultado de trabalho não pago.

Com efeito, "o trabalhador durante uma parte do processo de trabalho, só produz o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios de subsistência que lhe são necessários. Produzindo ele num sistema que se fundamenta na divisão social do trabalho, não produz diretamente

seus meios de subsistência, mas um valor (sob a forma de uma mercadoria particular, o fio, por exemplo) igual ao valor dos seus meios de subsistência ou ao dinheiro com que os compra. A parte do seu dia de trabalho despendida para esse fim é maior ou menor segundo o valor dos meios de subsistência, os quais em média necessita diariamente, segundo, portanto, o tempo de trabalho em média diariamente exigido para a produção deles. Se o valor desses meios de subsistência representa em média o dispêndio de 6 horas de trabalho, tem o trabalhador em média de trabalhar 6 horas por dia para criá-lo . Se ele não trabalhasse para o capitalista, mas para si mesmo, independentemente, teria, não se alterando as demais circuntâncias, de trabalhar, em média como dantes, a mesma parte alíquota do dia, para produzir o valor de sua força de trabalho e assim obter os meios de subsistência necessários à sua manutenção ou reprodução contínua. Na parte do dia de trabalho na qual gera o valor diário da força de trabalho, digamos 3 xelins, o trabalhador só cria o equivalente ao valor dela já pago pelo capitalista, apenas substitui o valor desembolsado do capital variável pelo novo valor criado, e essa criação de valor é mera reprodução. Chamo de tempo de trabalho necessário essa parte do dia de trabalho na qual sucede essa reprodução; e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo. Ambos são necessários ao trabalhador pois não dependem da forma social de seu trabalho, e necessários ao capital e ao seu mundo baseado na existência permanente do trabalhador."(2)

Conclui-se, portanto, do exposto até o momento, que se a mercadoria é vendida pelo seu valor (c+v+m),

o preço de venda já traz em si embutido o lucro, que é igual à massa de mais-valia incorporada ao valor da mercadoria. Isto porém, não significa que todas as mercadorias são vendidas pelo seu valor. Senão vejamos.

Como o valor das mercadorias é medido pela somatória de c+v+m, o valor da produção dos diversos ramos depende da composição técnica existente entre c e v para cada ramo. Supondo composições técnicas diferentes para cada ramo — o que na realidade ocorre —, e taxa de mais-valia $(\frac{m}{v})$ igual para todos os ramos, haverá um nível de taxa de lucro $(\frac{m}{c+v})$ para cada um deles, na medida mesma em que a taxa de lucro é sempre determinada por dois fatores: taxa de mais-valia e composição do valor do capital.

À medida em que não há barreiras à livre movimentação dos capitais, há uma tendência para que o capital-dinheiro empregado em ramos de produção menos lucrativos se desloque para os mais atraentes ao longo do tempo, estabelecendo-se uma média de todas as taxas de lucro, resultando numa taxa geral de lucro ou taxa de lucro médio.

É esta possibilidade de formação de uma taxa de lucro médio que permite a transformação dos valores em preços de produção, que nada mais são do que a somatória do preço de custo mais o lucro médio, que por sua vez é calculado pela aplicação da taxa geral de lucro sobre o capital total adiantado c+v, consumido ou não.

Os desvios verificados em cada esfera do preço de produção em relação ao valor poderão ser positivos ou negativos, implicando a venda das mercadorias acima ou abaixo de seus valores. Em certos ramos o fato de o preço de produção se aproximar do valor, sugere que nestes ramos a composição c+v está bem próxima da média.

Salientamos mais uma vez que somente a concorrência intercapitalista pode igualar as diferentes taxas de lucro, o que ocasiona a formação ao longo do tempo de uma taxa de lucro médio responsável pela conversão dos valores em preços de produção.

Para maior entendimento elaboramos o quadro I.

QUADRO I - TRANSFORMAÇÃO DOS VALORES EM PREÇOS DE PRODUÇÃO - DADOS HIPOTÉTICOS

RAMOS DE PRODUÇÃO	CAPITAL TOTAL $c+v$ (a)	CAPITAL CONSUMIDO $c'+v'$ (b)	TAXA DE MAIS-VALIA $\frac{m}{v'}$ (c)	MAIS-VALIA m (d)	TAXA DE LUCRO $\frac{m}{c+v}$ $e = d \div a$	VALOR DA PRODUÇÃO $f = b + d$	PREÇO DE CUSTO $g = b$	LUCRO MÉDIO $H = 100 (\sum d \div 5)$	PREÇO DE PRODUÇÃO $I = G+H$	DESVIOS DO PREÇO DE PRODUÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR $J = I - F$
I	70_c+30_v	50_c+30_v	100%	30	30%	110	80	31	111	+1
II	65_c+35_v	50_c+35_v	100%	35	35%	120	85	31	116	-4
III	55_c+45_v	40_c+30_v	100%	30	30%	100	70	31	101	+1
IV	60_c+40_v	45_c+40_v	100%	40	40%	125	85	31	116	-9
V	80_c+20_v	70_c+20_v	100%	20	20%	110	90	31	121	+11

NOTAS: 1- Composição média do Capital = $66_c + 31_v$

2- Taxa Geral de Lucro ou Taxa de Lucro Médio = 31%

3- A somatória dos desvios dos preços de Produção em Relação aos Valores é igual a zero

O mesmo raciocínio utilizado para os ramos de produção como um todo, pode ser aplicado a um ramo isoladamente. Dentro do mesmo ramo, haverá uma formação de preços individuais de produção determinados a partir da composição técnica de cada empresa. Logicamente as empresas que possuírem condições técnicas mais vantajosas poderão, ainda que temporariamente, auferir um lucro suplementar ou sobrelucro, que reside na diferença entre o preço individual de produção e o preço geral de produção da esfera em que estão inseridas.

Para que este sobrelucro auferido por um ou mais ramos de produção em relação aos demais ou por uma ou mais empresas dentro do mesmo ramo seja permanente, é necessário que não haja mobilidade de capitais e/ou que a livre concorrência não impere.

No caso da indústria, o lucro extraordinário ou sobrelucro pode ou não existir de forma permanente. Basta que haja livre concorrência entre os capitais para que o sobrelucro não passe de um fenômeno passageiro.

No capitalismo avançado, particularmente nas esferas de produção com características oligopólicas, o sobrelucro torna-se um fato permanente, à medida em que as empresas pertencentes à uma estrutura concentrada, não permitem a entrada de novos capitais, formando barreiras de acesso às condições superiores à média de que desfrutam.

Na agricultura, a barreira levantada à li

vre movimentação dos capitais é inerente à própria existência do Modo Capitalista de Produção, à medida em que, pressupondo a propriedade privada da terra, dá o direito ao proprietário do solo de permitir ou não a utilização em termos produtivos, através da aplicação de capital alheio.

O capitalista encontra, no caso da agricultura, barreiras criadas não por outro capitalista[3], como pode ocorrer no caso da indústria, mas sim por uma classe social, que como já dissemos anteriormente, deriva de transformações históricas que a fizeram possuidora de parcelas do globo terrestre, cuja existência física não depende, logicamente, da ação do capital.

"A propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades."[4]

Neste sentido, o acesso do capitalista à terra está condicionado à permissão do proprietário fundiário, que em troca de tal permissão, requer do capitalista o pagamento de um determinado montante de renda: a renda fundiária ou renda da terra.

Pelo raciocínio exposto, deduz-se que toda a terra, desde que monopolizada, deve pagar uma renda, que se constitui como pagamento por sua utilização.

Para Marx, existem dois tipos de renda que compõem a renda fundiária global: a renda diferencial e a renda absoluta.

Partiremos primeiramente para a explicação da renda diferencial.

Os terrenos disponíveis para cultivo contêm qualidades diferentes, representadas pela fertilidade natural do solo e pela localização em relação ao mercado consumidor. Abstraindo-se o efeito localização, a aplicação de porções iguais de capital em terras de diferente fertilidade, ocasionará resultados diferentes, medidos quando da colheita dos produtos do solo. As terras de melhor qualidade, dada sua maior fertilidade, mantidas iguais às demais condições, deverão render mais em relação às de pior qualidade, rendimento este que pode se dar através da maior quantidade de produtos por área plantada ou pela própria qualidade relativa dos produtos.

Como no Modo Capitalista de Produção, todos os produtos do trabalho são trocados como mercadorias, o preço de venda dos produtos da terra será aquele alcançado no mercado, que garanta ao capitalista o lucro, ao trabalhador do campo o salário e ao proprietário da terra uma renda.

No início deste capítulo procuramos, embora de uma forma sintetizada, mostrar que os preços das mercadorias nada mais são do que forma metamorfoseada do valor

desenvolvido a partir da ação do capital. Mostramos ainda que os capitalistas industriais possuidores de condições de produção mais vantajosas que a média, têm "direito" a auferirem um sobrelucro ou lucro suplementar.

O mesmo raciocínio é válido na análise da produção agrícola, somente com duas diferenças fundamentais. A primeira reside em que, na agricultura, o lucro suplementar é resultado da diferença entre o preço individual de produção e o preço de produção definido no pior terreno, cujas condições de produção são as piores do ramo. A segunda diferença é que, considerando-se o capitalista e o proprietário da terra pessoas distintas, a apropriação desse lucro suplementar caberá ao proprietário do solo, que sem interferir na produção, recebe um pagamento pela permissão do uso de um solo que é seu.

"A renda diferencial é exatamente esse lucro extraordinário acima do lucro médio, obtido pelos capitais que operam em condições mais favoráveis de produção."(5)

"Graziano"

Aí reside a natureza da renda diferencial. O lucro suplementar, originado pela maior produtividade do capital empregado em terras de melhor qualidade, se converte em renda fundiária, que em outras palavras representa uma apropriação, por parte do proprietário da terra de parcela da mais-valia criada na produção agrícola e realizada no mercado.

Cumpre notar que não é a terra de melhor qualidade a responsável pela criação da renda fundiária, constituindo-se simplesmente como base de sua criação, na medida em que possobilita uma maior produtividade do capital a ela aplicada.

Este tipo de renda diferencial, ocasionada pela maior produtividade do capital em terras de maior fertilidade e de melhor localização, é chamada de renda diferencial I.

Um outro tipo de renda diferencial é aquela proporcionada por investimentos sucessivos de capital, representados pela utilização de meios de produção e de trabalho numa mesma área de terra. Este tipo de renda constitui-se na renda diferencial II.

Segundo Sergio Silva, "... a importância da renda diferencial II, como determinante da renda, deve ser associada ao próprio desenvolvimento do capitalismo no campo, de tal forma que ela pode também ser considerada como a forma principal de renda."(6)

Pelo raciocínio elaborado por Marx para a determinação da renda fundiária, tudo nos leva a crer que a forma fundamental da renda fundiária é a renda diferencial nas suas duas formas (I e II).

Mas se a renda fundiária está condiciona-

da à existência da renda diferencial, como seria possível o pagamento de renda na pior terra? Nesta, a renda diferencial, com certeza, seria nula, à medida em que não haveria criação de lucro suplementar.

O pagamento de renda no pior terreno pode derivar, porém, de duas fontes: ou a renda a ser paga ao proprietário do terreno constitui-se de simples dedução de parte do lucro médio a ser apropriado pelo capitalista e/ou dos salários, ou o preço de produção deve ser aumentado por um fator que represente o equivalente ao pagamento da renda.

Em condições normais é a segunda hipótese que ocorre. O capitalista adiciona simplesmente ao seu preço de produção um montante correspondente ao pagamento de renda pela utilização do pior terreno: a renda absoluta.

No momento em que isto ocorre, o preço de produção existente no pior terreno passa a ter forma acabada para sua apresentação no mercado. Neste sentido é que Marx denomina o preço geral de produção na agricultura de preço de produção regulador de mercado.

O preço de produção regulador de mercado/ pode possuir, portanto, toda a renda fundiária, seja a diferencial como a absoluta. Por um lado, quando os produtos/

pior terreno são vendidos pelo preço de produção regulador de mercado, sua expressão monetária significa para o capitalista a recuperação do valor da produção mais um montante que será pago ao proprietário fundiário em forma de renda absoluta. Neste caso não haverá possibilidade de pagamento de renda diferencial, já que não há terreno de inferior qualidade, no qual se espelharia uma comparação de produtividade. Neste caso o preço de produção regulador de mercado só inclui a renda absoluta.

Quando os produtos dos terrenos de maior fertilidade são vendidos, os seus preços de venda seguirão o preço de produção regulador de mercado (porque é este que determina o preço de venda dos produtos agrícolas), e a sua expressão monetária significa para os capitalistas que exploram esses terrenos, não somente o valor de sua produção, como também um sobrelucro que se converte em renda fundiária na forma de renda diferencial. À renda diferencial, haveria o acréscimo relativo à renda absoluta calculada no pior terreno.

Desta forma "A renda absoluta determinaria simplesmente a adição de uma quantia fixa às rendas diferenciais já determinadas previamente pelos preços de produção."(7)

Os quadros II e III tornam mais compreensíveis as idéias expostas.

QUADRO II - CÁLCULO DA RENDA DIFERENCIAL ANTES DA RENDA ABSOLUTA

TERRA	VALOR DA PRODUÇÃO (c + v + m) (A)	PREÇO DE CUSTO[1] (c+v) (B)	LUCRO MÉDIO (C)	PREÇO INDIVIDUAL[2] DE PRODUÇÃO POR UNIDADE D = B + C	QTDES. PRODUZIDAS (E)	PREÇO TOTAL DE PRODUÇÃO F = D x E	LUCRO SUPLEMENTAR CONVERTIDO EM RENDA DIFERENCIAL[3] G = F - D
A	$40_c + 20_v + 20_m$	60	20	80	1	80	—
B	$40_c + 20_v + 20_m$	60	20	80	2	160	80
C	$40_c + 20_v + 20_m$	60	20	80	3	240	160
D	$40_c + 20_v + 20_m$	60	20	80	4	320	240
E	$40_c + 20_v + 20_m$	60	20	80	5	400	320

(1) Todo capital é consumido no processo de produção.

(2) Note-se que o Preço Individual de Produção é igual ao Valor da Produção, pois os capitais empregados são de igual montante, fazendo com que o Lucro Médio coincida com a mais-valia e consequentemente que a taxa de lucro médio ou taxa geral de lucro coincida com as taxas de lucro individuais.

(3) Renda diferencial calculada sobre o preço de produção.

QUADRO III - CÁLCULO DA RENDA DIFERENCIAL COM A INCLUSÃO DA RENDA ABSOLUTA

TERRA	VALOR DA PRODUÇÃO (c+v+m) (A)	PREÇO DE CUSTO (c+v) (B)	LUCRO MÉDIO (C)	PREÇO INDIVIDUAL DE PRODUÇÃO POR UNIDADE D = B + C	RENDA ABSOLUTA E	PREÇO INDIVIDUAL DE PRODUÇÃO REGULADOR DE MERCADO F = D + E	QUANTIDADE PRODUZIDA G	PREÇO TOTAL DE PRODUÇÃO H = D x G	PREÇO TOTAL DE PRODUÇÃO REGULADOR DE MERCADO I = F x G	RENDA DIFERENCIAL J = I - H
A	$40_c+20_v+20_m$	60	20	80	10	90	1	80	90	—
B	$40_c+20_v+20_m$	60	20	80	10	90	2	160	180	90
C	$40_c+20_v+20_m$	60	20	80	10	90	3	240	270	150
D	$40_c+20_v+20_m$	60	20	80	10	90	4	320	360	270
E	$40_c+20_v+20_m$	60	20	80	10	90	5	400	450	360

NOTAS: 1- Todo capital é Consumido na produção.

2- Preço Individual de Produção = valor da produção

3- Preço Individual de Produção Regulador de Mercado = Preço Individual de Produção + Renda Absoluta calculada para o pior terreno

4- Renda diferencial calculada com base no Preço de produção regulador de Mercado.

Pelos dados dos Quadros II e III, fica bem claro o fato de que a determinação da Renda Absoluta para Marx, não deriva do processo de produção, não se constituindo, portanto, em parcela de mais-valia. A Renda Absoluta deriva de um simples acréscimo ao preço de produção, não influindo na sua formação.

"A forma adotada por Marx para a determinação da Renda Absoluta conduz a negar a possibilidade de entender essa parcela da mais-valia como um lucro suplementar. Com efeito, a Renda Absoluta é simplesmente adicionada ao preço de produção, nada tem a ver com a formação do preço de produção, representa, praticamente, uma intervenção do monopólio da terra externa ao próprio processo de produção."(8)

Sérgio Silva

A Renda Absoluta, nestes termos, tem a propriedade de alterar as rendas diferenciais, sem contudo alterar os preços de produção.

É justamente esta idéia que Sergio Silva não aceita, pelo fato de que "... a produção vendida aos preços de mercado — isto é, a preços que incluem a renda absoluta — e não aos preços de produção, tal como definidos por Marx, repercute necessariamente sobre as aplicações de capital, seja no que se refere ao montante do capital, seja no que se refere à distribuição desse montante pelos diferentes tipos de terra, o que altera os custos de produção. Em consequência, é não somente a renda diferencial que se altera, mas também, e necessariamente, os próprios preços."(9)

Neste sentido, os preços de produção têm que incluir a renda absoluta, cujo montante depende, em última análise, do custo de produção, ou em outras palavras, do grau de desenvolvimento do capitalismo no campo.(10)

Como a questão sobre a renda absoluta é bastante polêmica, não a aprofundaremos, o que, se fosse feito, evidentemente fugiria aos objetivos deste trabalho.

A exposição teórica feita até o momento nos serviu, entretanto, para entender os conceitos básicos pertinentes ao mecanismo que permite a existência da renda fundiária ou renda da terra, como parcela da mais-valia, criada na produção e apropriada pelo proprietário fundiário, com a venda dos produtos agrícolas.

Cabe ressaltar que se o proprietário da terra é ao mesmo tempo o capitalista que a explora, não há conversão do lucro suplementar em renda fundiária, passando tal lucro a incorporar o lucro global do proprietário/capitalista, auferido com a realização da produção no mercado.

No Brasil, a grande maioria dos proprietários fundiários são empresários da produção de suas terras. Isto não impede de forma alguma, que haja lucro suplementar ou sobrelucro na atividade agrícola, à medida em que as diferentes composições de capital, as diferentes fertilidades e localização dos solos determinam preços individuais de produção de diferentes montas.

Ao contrário, a personificação do proprietário fundiário e capitalista em um só, que é a responsável pela queda da barreira à entrada do capital no campo, é que possibilita a valorização da terra enquanto esfera de aplicação de capital.

O fato de alguns proprietários/capitalistas não conseguirem momentaneamente auferir lucro suplementar, deriva não da não obrigatoriedade de pagamento de renda, mas sim das condições da composição do capital e da fertilidade natural do solo desses proprietários/capitalistas em relação às condições do ramo como um todo.

É preciso considerar que todo o empresário capitalista tem por objetivo alcançar o lucro máximo. O fato de alguns não conseguirem isto, particularmente na agricultura, não pode ser explicado pela forma de propriedade fundiária existente, mas sim pelas condições do movimento do capital no campo.

Se este raciocínio é correto, para efeito de definição do preço da terra, podemos afirmar, como o fez Marx, que o preço da terra nada mais é do que a renda fundiária capitalizada, considerando-se a taxa de juro médio corrente.

Trata-se do preço de compra, não da terra, mas da possibilidade da apropriação da mais-valia que, na forma de renda da terra ou na forma de lucro suplementar, po

de a valorização do solo proporcionar ao seu possuidor. Como o objetivo deste estudo não pretende analisar as implicações da forma de propriedade fundiária, consideraremos como preço da terra a renda fundiária capitalizada.

Marx, em O Capital explicita:

> "A renda fundiária assim capitalizada, constituindo o preço de compra ou o valor do solo, é uma categoria que à primeira vista se revela irracional, como o preço do trabalho, pois a terra não é produto do trabalho, não tendo portanto valor algum. Mas, atrás dessa forma irracional oculta-se uma relação real de produção. Se um capitalista compra terra que lhe rende anualmente 200 libras esterlinas, por 4.000 libras, receberá por ano o juro médio de 5% sobre 4.000 libras, como se tivesse empregado esse capital em papéis rentáveis ou o tivesse emprestado diretamente a juros de 5%."(11)

citar vol. 6

O preço do solo é determinado, desta forma, pela renda territorial e pela taxa de juro médio. Há momentos em que somente a variação na taxa de juro determina variações no preço da terra, independentemente da variação da renda.

Outros fatores influenciam no preço da ter

ra, que não a renda fundiária, especificamente no caso brasileiro. Mas esta discussão será levantada mais adiante.

Por ora, concluímos a parte relativa ao arcabouço teórico mínimo exigido para a compreensão do objeto central deste trabalho, qual seja, o comportamento do preço da terra no Estado de São Paulo no período 1964-1982. Entretanto, antes disso, elaboramos uma breve retrospectiva da política econômica brasileira voltada para o setor agrário nestes últimos anos, para que, aliada à teoria da renda fundiária, forme nosso quadro referencial para a apresentação do objeto central de análise.

N O T A S

01 - WANDERLEY, M.N.B. - "Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira in Reflexões Sobre a Agricultura Brasileira, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro (1979).

02 - MARX, Karl - "O Capital" - Livro I - Vol. 1, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro (1968), ps. 241 e 242.

03 - Estamos abstraindo da análise os setores agrícolas, cuja concentração e centralização de capitais constituem-se em barreiras à entrada.

04 - MARX, Karl - Op. Cit. - Livro III - Volume 6, pg.707.

05 - SILVA, J. G. - "Progresso técnico e relações de trabalho na Agricultura", Ed. Hucitec, São Paulo (1981), pg. 9.

06 - SILVA, Sergio S. - "Valor e Renda da Terra" - Ed. Polis, São Paulo (1981), pg. 61.

07 - SILVA, Sergio S., Op. Cit., pg. 21.

08 - SILVA, Sergio S., Op. Cit., pg. 67.

09 - SILVA, Sergio S., Op. Cit., pg. 30.

10 - Para uma compreensão mais detalhada sobre a crítica de Sergio Silva a Marx, ver "Valor e Renda da Terra", Ed. Polis, São Paulo (1981).

11 - Marx, Karl - Op. Cit., Livro III, Vol. 6, pg. 715.

CAPÍTULO II

POLÍTICA ECONÔMICA E SETOR AGRÁRIO NO BRASIL
- UMA BREVE RETROSPECTIVA -

1. Dos Anos 30 à Crise dos Anos 60

A economia brasileira apresentou no período após 1930 até o início da década de 60, um modelo de desenvolvimento calcado na substituição de importações, resultante a nível interno, de uma nova correlação de forças sociais assentada no crescente fortalecimento da burguesia urbano-industrial frente à hegemonia agrário-exportadora, com a participação crescente do Estado; a nível externo, de uma nova conjuntura internacional (de transição), propiciada pelo período entre guerras.

Os efeitos econômicos da passagem do antigo modelo primário-exportador a este novo modelo de desenvolvimento não foram imediatos, embora a partir de 30, as perspectivas concretas de mudança fossem bem nítidas.

Podemos considerar o período 1920-40 como um período de transição entre os dois modelos, à medida em que a política econômica adotada pelo Estado, ao mesmo tempo em que privilegiava de forma crescente a burguesia urbano-industrial, não descuidava dos interesses da burguesia agrário-exportadora, representada fundamentalmente pelos "senhores do café". Tal política foi denominada "política de alianças de classes". (1)

Como prova da pequena transformação ocorrida no período, utilizamos os índices percentuais referentes à concentração da população economicamente ativa do setor agrário durante o período.

QUADRO I

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETOR DE ATIVIDADE - 1920/40 - BRASIL

Setores	1920	1940
Agrário	69,7%	67%
Urbano-Industrial*	30,3%	33%

FONTE: Baer, Werner - "A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil", Ed. FGV, R. de Janeiro (1979), pág. 15.

* Inclui o setor serviços

A política econômica voltada para o setor agrário, durante às décadas de 20 e 30, revelou-se centrada na defesa dos preços do café, além de dar início ao crédito oficial subsidiado[2] à produção agrícola, através da criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil em 1937.[3]

"Até 31 de dezembro de 1938, a Carteira tinha realizado 1050 financiamentos, no valor de 98.000 contos: 1021 rurais, no valor de 80.000 contos, e 29 industriais, no de 18.000 contos. Em fins de 1939, o número de créditos subia a 4344, no montante de 393.000 contos: 4.272 rurais, na importância de 316.000 contos, e 72 industriais, no de 77.000 contos". (4)

Ainda, sobre a CREAI:

"Além do café, da cana-de-açúcar, do algodão, do arroz, da mandioca, da laranja e do milho, já financiados em boa escala, a Carteira, com a preocupação constante de amparar as atividades produtoras que mais contribuem para a economia nacional, vem auxiliando também a cultura ou extração da oiticica, mamona, borracha, carnaúba, linho, fumo, trigo, feijão, batata, hortaliças, etc. (5)

É importante observar, que do total do valor do crédito agrícola da CREAI para o ano de 1938, 39% correspondia ao ítem café, e 31% ao ítem cana-de-açúcar, o que propiciava a concentração do crédito na área central do país (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Minas). À indústria, para o mesmo amo, foram efetuados apenas 18% do total (em valor) da carteira. (6)

Estes simples indicadores refletem o quanto a economia brasileira ainda estava voltada às suas características agrário-exportadoras, o que continuava gerando grande sensibilidade às variações da conjuntura internacional.

Desta forma, o pequeno impulso industrializante ocorrido no Brasil nas décadas de 20 e 30 deveu-se muito mais a uma conjuntura internacional extremamente desfavorável, porque instável, do que a uma filosofia de desenvolvimento definida, que apontasse a industrialização como a grande saída para os países de origem agrário-exportadora.(7) A Divisão Internacional do Trabalho, ainda que abalada pela crise de 30, continuava a mesma.

Somente após a segunda Guerra Mundial, mais propriamente na década de 50, é que o processo de substituição de importações tomou verdadeiro impulso, em função principalmente de uma nova doutrina econômica voltada para os países de origem agrário-exportadora, que em função de uma contínua deteriorização nos termos de troca de seus produtos no mercado internacional, ter-se-iam tornado periféricos às economias industrializadas. Esta doutrina teve como um de seus principais expoentes o economista argentino Raul Prebish, cujos escritos fundamentaram sobremaneira a própria existência da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina).

Segundo Prebish: "As grandes vantagens do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia em medida comparável ao que lograram desfrutar as populações dos grandes países. Daí as diferenças tão acentuadas entre os ní-

veis de vida das massas nestes e naquela, e as notórias descrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a margem de poupança depende, primordialmente, do aumento da produtividade.

Existe, portanto, manifesto desequilíbrio e qualquer que seja sua explicação ou a maneira de justificá-lo, trata-se de um fato certo, que destrói a premissa básica da divisão internacional do trabalho. Daí o significado fundamental da industrialização para os países novos. Ela não é um fim em si mesma, mas o único meio de que se dispõe para captar uma parte do fruto de progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas".(8)

A descrença do autor sobre a possibilidade dos países de origem agrícola obterem os frutos do progresso técnico alcançados pelos países industrializados, tornou-se teoria aceita pelos países latino-americanos, dentre eles o Brasil.

A ordem era que a economia brasileira deveria diversificar-se, buscando a todo custo a industrialização, que propiciaria, a partir de fatores endógenos de crescimento, o desenvolvimento econômico.

Para que o processo de industrialização, baseado na substituição de importações fosse realmente viável, haveria o Estado de atuar direta e indiretamente na economia. Diretamente através da montagem de unidades produtivas Centradasna Indústria de base e indiretamente através da for-

mulação de medidas econômicas, ambas capazes de estimular o desenvolvimento industrial.

A política econômica adotada pelo Estado na década de 50 refletiu este direcionamento. O governo brasileiro atuou de modo a montar uma "estratégia deliberada de industrialização, pela utilização de uma gama de instrumentos bem mais ampla, em comparação com o período anterior".(9)

Entre as principais medidas situaram-se:

- controles de câmbio (1947 a 1953);
- taxas múltiplas de câmbio (1953 a 1957);
- preferências para empresas nacionais e estrangeiras para importação de bens de capital;
- taxas de câmbio preferenciais para importação de matérias-primas industriais, bens intermediários e petróleo;
- financiamentos a custo baixo para indústrias favorecidas;
- financiamento de setor público da infra-estrutura, visando à expansão industrial;
- intervenção direta do Governo em subsetores industriais (como a indústria pesada) considerados estratégicos ou em outros subsetores, onde o setor privado não teria interesse em entrar, dada a baixa rentabilidade.

Não iremos analisar cada uma destas medidas, visto que isto fugiria aos objetivos deste trabalho.(10) Somente as citamos para termos uma idéia do quanto foi objetiva e direta a política econômica do pós-guerra, no sentido de tornar viável a industrialização, via substituição de importações.

Os resultados de tal política foram praticamente imediatos, o que se deduz pelos indicadores dos Quadros II e III.

QUADRO II

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETOR - 1940/1960

BRASIL

Setores	1940	1960
Agrário	67%	52%
Urbano-Industrial*	33%	48%

FONTE: Ano de 1940 - Baer Werner, op. cit., pag. 15.
Ano de 1960 - Censo demográfico de 1960 - FIBGE

* Inclui o setor serviços

QUADRO III

ÍNDICE DO PRODUTO REAL PARA O SETOR AGRÁRIO E SETOR INDUSTRIAL - 1947 a 1960 - BRASIL

Anos	Setor Agrário	Setor Industrial
1947	89,5	81,5
1948	95,7	90,5
1949	100,0	100,0
1950	101,5	111,3
1951	102,2	118,4
1952	111,5	124,3
1953	111,7	135,1
1954	120,5	146,8
1955	129,8	162,4
1956	126,7	173,6
1957	138,5	183,5
1958	141,3	213,2
1959	148,8	238,5
1960	156,1	261,4

FONTE: Conjuntura Econômica - "25 Anos de Economia Brasileira", Ed. FGV - Rio de Janeiro (1973), pág. 5.

Os números dos Quadros II e III são indicadores da expansão verificada no período pós-guerra, quando já se encontrava em pleno funcionamento o modelo de substituição de importações. O crescimento do produto real da indústria fixou-se na casa dos 221% no período 47-60, enquanto que a agricultura obteve no mesmo período, um acréscimo real de 71%, o que prova a enfâse à acumulação industrial, que diga-se de passagem concentrou-se na região Centro-Sul, proporcionando o início de profundos desequilíbrios regionais.(11)

É neste contexto de nítido privilegiamento do setor industrial, que devemos analisar o comportamento do setor agrário e as políticas mais importantes que lhe foram destinadas pelo Estado nas décadas de 40, 50 e início dos anos 60.

Veremos que, sob o modelo de substituição de importações, o setor agrário perderá de vez a sua hegemonia, passando a constituir-se como complemento necessário à industrialização pretendida, na medida em que lhe foram atribuídas certas funções dentro da política econômica adotada pelo Estado.

A expansão da produção de alimentos e matérias-primas tornava-se importantíssima do ponto de vista da reprodução do capital industrial.

Especificamente no caso brasileiro, esta função do setor agrário, principalmente do subsetor de alimentos, foi facilitada pela abundância de terras e de mão-de-

obra, o que significou um motivo facilitador para o aumento da produção.

Baseando-se o aumento da oferta agrícola no crescimento extensivo da produção, não haveria necessidade de aplicação de grandes montantes de capital com vistas ao aumento da produtividade por área plantada.

> "No que concerne à disponibilidade de fatores de produção, a abundância relativa de mão-de-obra e de terra deu lugar a uma fronteira agrícola em expansão, que permite explicar porque foi possível levar a cabo um processo de industrialização sem um esforço simultâneo de aumento da produtividade no setor de produção de alimentos". (12)

A forma de propriedade que permeava a expansão da fronteira agrícola seguia a regra: a grande propriedade era reproduzida nas regiões de fronteira, uma vez que as culturas de exportação eram expulsas principalmente pelos cultivos de matérias-primas destinadas à indústria.

"As principais atividades agrícolas, nesse processo de ocupação do território foram culturas de exportação, hoje consideradas tradicionais como cana, café e algodão, além da pecuária extensiva". (13)

Segundo Celso Furtado[14], essa expansão da fronteira, funcionava via grande propriedade, por meio da destruição de recursos naturais, o que diminuiria a exigência por mudanças tecnológicas significativas.

Cumpre notar que não podemos generalizar tal afirmação, visto que no Norte do Paraná, a colonização foi efetuada com base em pequenas propriedades.[15]

Aliada à oferta abundante de terras e de mão-de-obra, outro fator contribuiu para o aumento da produção de alimentos e matérias-primas durante a década de 50: o desenvolvimento da infraestrutura de transporte rodoviário.

Os investimentos foram significativos, principalmente no final da década de 50, em virtude da própria instalação da indústria automobilística. Para termos uma idéia do crescimento da rede rodoviária, a extensão total das estradas de rodagem no Brasil cresceu 160% no período 37-62, o que significou uma média anual de 12.919 km construídos durante o período[16].

Outros dois fatores menos importantes, dada a sua dimensão, que possibilitaram um incremento à nível da produção foram:

a) Crédito agrícola oficial subsidiado e subsídios na importação de insumos bioquímicos e mecânicos;

b) Implementação das pesquisas agronômicas nos cen-

tros mais desenvolvidos.

Quanto ao crédito agrícola, a reforma de 1952, realizada no CREAI do Banco do Brasil, representou a ampliação das linhas de crédito para financiamento de investimentos, conservação, transporte e armazenamento, além da ampliação de prazos de financiamento para a formação de culturas perenes.(17)

Pelo ângulo do custo do crédito agrícola, este chegou a ser subsidiado através dos empréstimos da CREAI do Banco do Brasil.

> "O Decreto nº 22.626 de 7 de Abril de 1933, comumente denominado "Lei da Usura", fixou em até 12% a.a., os juros, inclusive agrícolas. A Lei nº 457 de 1937 fixou os juros para as operações agrícolas em até 8% a.a.. Em seguida a Lei nº 492 de 30 de Agosto de 1937 adotou o mesmo critério. Posteriormente, em 5 de Janeiro de 1938 o Decreto nº 182, modificou as concessões voltando a taxa de juros para crédito rural a obedecer a Lei da Usura citada. Com o Decreto-Lei nº 2.611 de 30/09/1940, voltou-se a reduzir essas taxas para 7% a.a., mas somente com aplicação na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A..

> Nas demais instituições financeiras continuou a ser observada, ainda a lei da usura". (18)

Isto deve ter contribuído para o incremento da produção, porém não significativamente, visto que o maior montante de demanda por crédito situava-se no mercado não institucionalizado, em virtude da relativa escassez de crédito no mercado oficial através da CREAI.

De qualquer forma o crédito agrícola em geral passou a ter importância crescente na composição do produto agrícola como podemos notar pelo Quadro IV.

QUADRO IV

CRÉDITO AGRÍCOLA DE CUSTEIO EM RELAÇÃO AO PRODUTO AGRÍCOLA(%) - BRASIL - 1951/60

Anos	Crédito Agrícola/ Produto Agrícola	Variação Percentual Acumulada
1951	8.67	-
1952	9,67	11
1953	9,70	12
1954	12,39	43
1955	12.47	44
1956	12.46	44
1957	12.68	46
1958	15.16	75
1959	15.22	76
1960	15.20	75

FONTE: Homem de Melo, F.B. - "A política econômica e o setor agrícola no período pós-guerra" in Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro (1979), vol. 33, nº 01, pág. 48.

Além do subsídio implícito ao crédito agrícola oficial, o setor agrário, principalmente os subsetores agrícolas voltados à produção de matérias-primas e produtos de exportação, foi beneficiado com subsídios implícitos na importação de insumos agrícolas de natureza bioquímica e mecânica.

QUADRO V

SUBSÍDIOS IMPLÍCITOS NA IMPORTAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

1953 - 1961 - BRASIL

Anos	Subsídio Implícito	
	Fertilizantes, Pesticidas e Outros	Tratores, Máquinas e Outros
1953	0,50	0,50
1954	0,37	0,37
1955	0,28	0,24
1956	0,32	0,19
1957	0,40	0,32
1958	0,36	0,25
1959	0,26	0,16
1960	0,37	0,24
1961	0,33	0,25

FONTE: Homem de Mello, F.B. - "Políticas de desenvolvimento agrícola no Brasil" in Resenhas de Economia Brasileira, Série ANPEC de leituras de Economia, Ed. Saraiva, Rio de Janeiro (1979), pág. 69.

Quanto às pesquisas agronômicas, as maiores exigências situaram-se na região Centro-Sul, principalmente no Estado de São Paulo, que por centralizar o polo industrial, contou com um número maior de pesquisas voltadas não só ao aumento da fertilidade do solo, como também ao desenvol

vimento de sementes selecionadas, capazes de propiciar um aumento da produtividade.

A resposta do setor agrário, portanto, no que tange ao atendimento da demanda de alimentos e principalmente de matérias-primas, se não foi excelente - visto o constante aumento dos preços durante os anos 50 - pode ser considerada satisfatório, em virtude principalmente da capacidade de aumento da produção pela oferta de terras, e em menor grau, das medidas isoladas de implementação do crédito e das pesquisas voltadas ao uso da terra.

Se considerarmos que as taxas médias anuais de crescimento da população no período 50-60 foram de aproximadamente 3%, veremos que a produção agrícola respondeu satisfatoriamente à demanda final e intersetorial, conforme apontam os dados do Quadro VI.

QUADRO VI

CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA - 1940-1960

TAXA MÉDIA - BRASIL

Período	Matérias-Primas (a)	Alimentos (b)
1940-1950	3,23	4,57
1950-1960	6,59	4,96

FONTE: Mendonça de Barros, J.R. et alli - "A Evolução recente da Agricultura Brasileira" in "Estudos sobre a Modernização da Agricultura Brasileira", Série IPE, Monografias nº 9, págs. 107-138.

a) Algodão, Cana, Fumo, Amendoim e Soja

b) Arroz, Batata, Cebola, Feijão, Mandioca, Milho, Banana, Laranja, Coco, Tomate, Uva.

Quanto ao subsetor agrário de exportação, não houve maiores diversificações na pauta, à medida em que a exportação não era encarada como meta fundamental. Além dos produtos típicos de exportação (café, algodão, fumo, cacau) havia um resíduo relativo aos excedentes de produtos voltados ao abastecimento interno.

Este comportamento em relação às exportações agrícolas derivava, a nosso ver, da própria filosofia que imperava nos escritos econômicos da época, nos quais o ceticismo era total, em relação aos resultados a serem auferidos pelos países que buscassem centrar forças na exportação de produtos primários, dada a expectativa de contínua deterioração dos termos de troca nos preços internacionais desses produtos em relação aos produtos industriais.

Neste sentido é que as exportações agrícolas até os primeiros anos da década de 60, tiveram um fraco desempenho se comparado com períodos anteriores. No período 53-60, o valor em dólares dos principais produtos exportados experimentou uma queda de 30%.(19)

Especificamente no caso do Brasil, além do setor exportador não merecer uma política própria, que estimulasse seu desenvolvimento e diversificação, este setor foi "vítima" da política claramente privilegiadora à indústria, adotada durante toda a década de 50, o que lhe valeu, via mecanismo cambial, uma taxação implícita à pauta de exportações, com a consequente transferência indireta de renda para o setor não agrícola.(20)

Com base nos dados levantados por Homem de Melo (21) com referência à taxação implícita às exportações no período 53-60, calculamos a taxa média anual e chegamos ao percentual significativo de 34%.

Em suma, "as exportações agrícolas eram mais ou menos penalizadas, de acordo com a evolução da política cambial. Todavia, sempre café, cacau e outros produtos tradicionais na pauta eram os de remuneração mais prejudiciais, quer pela imposição de "quotas de contribuição", quer por restrições quantitativas às exportações e mesmo por taxas de câmbio inferiores às vigentes para outras transações". (22)

Como conclusão da breve retrospectiva elaborada até o momento, podemos afirmar que o setor agrícola desempenhou, no período pós-guerra, um papel secundário no processo de transformação ocorrido sob o modelo de substituição de importações, modelo este que somente atingiu seus objetivos, porque contou com o apoio do Estado para sua implementação, através de instrumentos de política econômica direcionados à acumulação do capital industrial, quer sob o ponto de vista do capital nacional como principalmente, no final dos anos 50, do capital internacional. (23)

Contudo, o processo de substituição de importações apresentava sinais evidentes de esgotamento perceptíveis, a partir do início dos anos 60, através das seguintes distorções:

a) Grandes desequilíbrios regionais, em virtude da polarização do desenvolvimento industrial no Centro-Sul do país, com consequente concentração de renda nessa região;

b) Aceleração dos índices inflacionários a níveis

que causavam grandes dificuldades financeiras às empresas, além da reação dos trabalhadores por melhores salários;

c) Baixo índice de absorção de mão-de-obra, dado o tipo de industrialização (técnicas intensivas de capital), o que acarretava um inchamento do setor terciário;

d) Inexistência de um sistema financeiro adequado à própria evolução do setor real da economia;

e) Grave crise de demanda, em virtude da própria crise que desestimulava os investimentos do setor privado;

f) Relativa estagnação do setor agrícola do ponto de vista da produtividade.

Estes problemas econômicos desembocaram em uma crise política de grandes proporções, representada principalmente pela oposição entre grupos econômicos e classes sociais identificados com a economia agrário exportadora (difusores do capital nacional) e os grupos e classe ligados à expansão industrial dos anos 50 (favoráveis à internacionalização da economia).

É neste contexto que, saindo "vencedora" a corrente ligada ao capital internacional, deflagrou-se o movimento de 64, que na verdade foi o responsável pelas profundas mudanças que iriam ocorrer nos anos posteriores, atingindo todos os níveis da vida sócio-econômico-política do país.

2. Período de transição - 1964 a 1967

Vimos que a economia brasileira havia entrado numa crise advinda do próprio estilo de desenvolvimento baseado no modelo de substituição de importações.

O período que compreendeu os anos 64 e 67 significou, na realidade, a existência de uma política econômica totalmente voltada ao combate à inflação, adotando-se , por um lado, uma política monetária creditícia de caráter gradual, com alternância de contrações e expansões na oferta monetária, de acordo com as respostas da atividade urbana, e por outro,uma política salarial e fiscal que constituiu-se como uma verdadeira política de "choque", dada a magnitude de crescimento real dos tributos e o rebaixamento do salário real.

O diagnóstico oficial sobre as causas da inflação era claro, porém, como veremos, não preciso:

> "O processo inflacionário brasileiro tem resultado da inconsistência da política distributiva, concentrada em dois pontos principais:
>
> a) no dispêndio governamental superior à retirada de poder de compra do setor privado, sob a forma de impostos ou de empréstimos públicos;
>
> b) na incompatibilidade entre a propensão a

> consumir, decorrente da política salarial, e a propensão a investir, associada à política de expansão do crédito às empresas."(24)

Este trecho do PAEG deixa límpida a suposição governamental: a inflação era de demanda, embora o plano reconhecesse certas tensões pelo lado dos custos.

Ao atacar a inflação através de mecanismos de contenção da demanda, houve uma acentuada pressão sobre os custos de produção do setor privado, o que anulou em grande parte os efeitos desinflacionários.

A reforma fiscal desencadeou um aumento de 45% em termos reais na receita tributária no período 64-66, o que se por um lado resultou na queda real do déficit orçamentário da União, de outro propiciou uma pressão no componente de custos do setor privado.

Ao controlar a expansão dos meios de pagamento, com o objetivo de diminuir o volume de crédito disponível ao setor privado, o governo deu margem a que houvesse uma elevação da demanda por dinheiro no mercado não oficial, o que elevou ainda mais os custos do setor, visto que a taxa de juros nesse mercado é costumeiramente bem superior ao mercado monetário institucional.

Como consequência, a diminuição do índice

inflacionário ficou abaixo da previsão governamental para os anos 64, 65 e 66, muito embora tenha decrescido sensivelmente como demonstra o Quadro VII .

QUADRO VII

TAXAS PREVISTAS E REAIS DE INFLAÇÃO - 64 a 66

A N O S	ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE REAL
1964	80%	93,3%
1965	25%	28,3%
1966	10%	37,4%

FONTE: FGV - Índice Geral dos Preços - Disponibilidade Interna. Col. "2".

Se de um lado a aceleração dos níveis inflacionários foi contida, por outro, os custos econômico e social foram enormes.

O setor privado sofreu um grande agravamento de liquidez, fator que contribuiu sensivelmente para a concentração e centralização de capital ocorrida no período, dada a incapacidade de algumas empresas se sustentarem principalmente as pequenas e médias empresas nacionais. A respeito do período 64-66, Conceição Tavares explicita:

> "Várias empresas marginais de menos solidez financeira ou com pouca capacidade de endividamento foram liquidadas, limpando o cam-

> po para uma concentração da atividade industrial e comercial. Foi eliminada, consequentemente, parte da capacidade produtiva que "sobrava" no sistema, com evidentes efeitos positivos sobre a eficiência produtiva, pelo menos em termos dinâmicos."(25)

Isto propiciou um forte estímulo à oligopolização da estrutura produtiva, que já se delineava no segundo quinquênio dos anos 50, com profundos reflexos sobre a propriedade do capital, que tendia à crescente internacionalização.

Cabe ressaltar que a redução de liquidez adivinha não só do controle quantitativo do crédito, como já foi mencionado, como também da expansão de custos, especialmente financeiros, de preços e tarifas de serviços públicos e encargos sociais. Especificamente quanto aos preços de bens e serviços:

> "Durante o longo período inflacionário dos anos 50 e início dos anos 60, os preços controlados pelo governo não tinham permissão para se elevar na mesma taxa de índice geral de preços. Parte do programa de estabilização consistiu na elevação dos preços dos setores em atraso (alimentos, combustíveis, serviços públicos e aluguéis). Esta medida teve um impacto inflacionário de curto prazo que é chamado inflação corretiva."(26)

Aliada à crise de liquidez já frisada, o que proporcionava a queda da demanda intersetorial, os salários reais foram comprimidos, o que contribuiu para a queda da demanda final, aumentando o grau de capacidade ociosa do setor industrial.

QUADRO VIII

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DO SALÁRIO NA INDÚSTRIA COM BASE NO PESSOAL TOTAL OCUPADO - 1963 a 1967 - BRASIL

BASE 1962-100

ANOS	SALÁRIO REAL
1963	113
1964	110
1965	102
1966	109
1967	107

FONTE: Singer, Paul - "A Crise do Milagre", Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro (1976), pg. 57.

Através dos dados, constata-se uma queda de 4% no período 63-66 enquanto que para o período 63-67 a diminuição eleva-se para 7%.

Estes fatores, entre outros, contribuíram

para que houvesse uma alteração nas taxas de crescimento real da economia. De uma taxa média de crescimento real de 8,3% para o período 57-61, passou-se a 3,7% no período posterior 62-67, o que nos demonstra que a economia brasileira entrou num período de estagnação temporária, em virtude de uma política de curto prazo, voltada quase que exclusivamente para solucionar o problema inflacionário herdado do início dos anos 60.

Paralelamente à política de combate à inflação, o governo efetuou reformas importantes que iriam, a médio prazo, sustentar o próprio modelo de crescimento verificado nos anos 68-73. Foram elas:

a) Reforma Bancária(Lei nº 4595 de 31-12-64): normatização sobre Instituições monetárias, Bancárias e Creditícias; criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil;

b) Lei de Mercado de Capitais (Lei nº 4728 de 14.07.65);

c) Criação do Sistema Financeiro Habitacional (Lei nº 4380 de 21.08.64);

d) Criação das ORTNs - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (Lei nº 4357/64).

e) Criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (Lei nº 4829 de 5.11.65, regulamentada pelo decreto nº 58380 de 10.05.66).

Todas estas reformas visaram muito mais

criar uma base para o futuro crescimento, que seria inevitável após o controle do ritmo inflacionário, do que resolver problemas imediatos da crise. Dentro dessa filosofia das próprias reformas, é que o setor agrário foi olhado de forma profundamente crítica, à medida em que a agricultura não teria respondido adequadamente aos estímulos da demanda por alimentos e matérias-primas no período do modelo de substituição de importações, o que já demonstramos, não ter sido a verdade dos fatos.

Na verdade o setor agrário produziu alimentos e matérias-primas em quantidade adequada à demanda interna. O que na realidade ocorreu é que o aumento da oferta se deveu muito mais ao crescimento extensivo da produção, através da expansão da fronteira agrícola, do que a um aumento na produtividade.

Quanto à exportação de produtos primários, defendia-se um maior estímulo, à medida em que a taxa de investimentos, que deveria sustentar o novo modelo de desenvolvimento, deveria ser reforçada pelo aumento simultâneo das exportações.

Para que o setor agrário obtivesse um maior desenvolvimento a nível da produtividade, algumas medidas teriam que ser tomadas. Entre outras, destacam-se:

a) Intensificação do uso de fertilizantes;

b) Preços mínimos mais compensadores;

c) Acréscimo de recursos destinados ao crédito agrícola;

d) Implementação na estrutura de armazenamento;

e) Aumento da mecanização; etc.

Com relação ao crédito agrícola algumas modificações foram efetuadas:

a) Criação da Coordenação Nacional de Crédito Rural - Decreto 54019 de 14.07.64 modificado pelo Decreto 54129 de 13.08.64;

b) Liberação dos depósitos compulsórios de bancos comerciais para fins de utilização em empréstimos agrícolas - Instrução 213 da SUMOC de 23.07.64;

c) Criação do Fundo Nacional de Refinanciamento Rural, constituído de recursos de empréstimos externos - Decreto 54019 de 13.07.64;

d) Convênio com a Acency for International Development para importação de fertilizantes, com financiamentos a longo prazo.

Dentre todas as medidas, a que teve maior importância para o futuro comportamento do setor agrário foi a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural através da lei nº 4829 de 05.11.65, regulamentada pelo Decreto nº 58380 de 10.05.66.

O novo sistema foi criado de modo a:

a) permitir que toda a rede bancária participasse do crédito institucionalizado;

b) proporcionar, desta forma, condições para a ampliação da oferta de recursos para o setor agrário;

c) permitir à União, o controle mais efetivo sobre a destinação dos recursos, segundo critérios de seletividade por atividade e região;

d) formalizar de maneira uniforme as condições dos empréstimos oferecidos e garantias exigidas;

e) propiciar um custo financeiro abaixo da taxa de juros do mercado, como forma de estimular a produção.

O SNCR representou, acima de tudo, a centralização das diretrizes do crédito em mãos da União, dado que o Conselho Monetário Nacional é que obteve as prerrogativas de disciplinar e estabelecer normas, cabendo ao Banco Central o exercício e controle do crédito a nível nacional.(27)

O que é necessário esclarecer, é que esta centralização e institucionalização do crédito rural vai ser responsável pelas profundas transformações que iriam ocorrer a partir do ano de 1968 na própria dinâmica do setor agrário.

Temos a certeza de que haveria uma infinidade de pontos a serem tratados no período 64-67, mas que aca

bariam por fugir aos interesses deste trabalho. Interessou-nos somente abordar alguns aspectos da crise por que passava a economia brasileira e quais suas principais consequências a nível econômico. Procuramos, além disso, apontar as reformas efetuadas, entre elas a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, reformas essas que vão sustentar todo o período de expansão da economia brasileira no período posterior, como veremos adiante.

3. Período 68-73 - A Economia em Crescimento

Vimos que a política econômica, adotada nos anos 64 a 67, se deteve principalmente no combate à inflação, considerada que era o grande obstáculo à retomada do crescimento da economia brasileira.

Vimos também que o relativo insucesso da política antiinflacionária esteve ligado ao próprio equívoco no diagnóstico das causas inflacionárias. Ao considerar a inflação como inflação de demanda, todos os instrumentos utilizados para sua contenção provocaram uma grave crise de liquidez no setor privado, sem contudo se conseguir debelar a inflação.

O reconhecimento do engano cometido veio expresso no próprio Plano Estratégico de Desenvolvimento de julho de 1967, que na verdade inaugurava uma nova fase dentro da economia brasileira.

Em primeiro lugar o plano reconhecia o grande debilitamento do setor privado em virtude:

1) do agravamento do problema da liquidez;
2) da queda da demanda, verificada em grande número de setores."(28)

A redução da liquidez, responsável pelo

grau de capacidade ociosa nos setores produtivos, deveu-se ainda segundo o Plano a:

> "... a) Expansão rápida de certos custos, especialmente financeiros (juros), de tarifas, e preços de serviços públicos, ônus tributários e encargos sociais;
>
> b) Controle quantitativo do crédito;
>
> c) Evolução do custo médio de produção, ligada à queda de demanda em vários setores..."(29)

Em decorrência dessa análise, a estratégia ao combate à inflação passou a ser totalmente oposta à política adotada no período anterior.

Considerada a inflação como inflação de custos, mada impediria que se estimulasse o crescimento da produção. Pelo contrário, somente uma política de estímulo ao crescimento da demanda efetiva, poderia possibilitar a queda dos níveis inflacionários, à medida em que a pressão antes exercida pelos mecanismos monetários e creditícios desaparecesse.

O novo estilo de desenvolvimento contava com a solidariedade entre Estado e capitalismo internacional, à medida em que o eixo da acumulação passou a ser o setor de bens duráveis de consumo, cuja estrutura tinha sido montada, ainda que não totalmente, no período industrializante do final dos anos 50.

Como anteparo institucional ao crescimento, o governo valeu-se de toda estrutura montada através das Reformas realizadas no período 64-67:

> "... o Estado não apenas criou as condições, pelo manejo da política da estabilização, para que o ciclo recente (68 a 73) tivesse como eixo a indústria de bens duráveis de consumo, como também, já na expansão propriamente dita, nada mais fez que sancionar integralmente este padrão de crescimento."(30)

A reforma do mercado de capitais e reforma Bancária permitiram a mobilização dos excedentes financeiros, necessária ao financiamento do consumo das empresas e famílias.

A reforma salarial, através da contenção dos salários de base, possibilitava não só o crescimento das margens de lucro globais das empresas, o que permitia o aumento da capacidade de auto-financiamento, como uma redistribuição de renda a favor das classes médias, o que permitia a maior potencialização de consumo dos bens duráveis.

A reforma tributária, que além de cumprir o papel de financiamento ao dispêndio do Estado, permitiu a maior concentração de renda, dado o caráter regressivo da própria tributação.

Aliada aos mecanismos que favoreceram o de

sempenho extraordinário do setor interno baseado na expansão do subsetor de produção de bens de consumo duráveis, era necessário que o setor externo contribuísse de forma acentuada para o aumento da capacidade de importar e para a maior absorção possível de poupança externa.

Neste sentido é que tratava-se de estimular a diversificação da pauta de exportações, fosse através do aumento da produção de primários exportáveis como principalmente, pelo esforço de colocação no mercado mundial de produtos industrializados.

Para isto, desenvolveu-se uma política agrícola totalmente voltada aos produtos de exportação, tanto através de preços mínimos altamente compensadores, como através de concessão de crédito fortemente subsidiado e incentivos fiscais.

Acelerou-se o processo de modernização no campo, através da mecanização e do incentivo ao uso de herbicidas e fertilizantes, com vistas ao aumento de produtividade.

> "A inclusão da agricultura, em geral, na política governamental de exportação a qualquer custo, levou o poder estatal a favorecer, sob todas as formas, os negócios das empresas que se criavam ou estavam funcionando no setor. Criaram-se estímulos e favores fiscais e creditícios para a formação, expansão e crescimento, aperfeiçoamento ou

> modernização da empresa agrícola, pecuária, extrativista ou agroindustrial. Tanto a agricultura intensiva como a extensiva receberam favores e estímulos fiscais e creditícios, econômicos e políticos de bancos superintendências e fundos pertencentes ao Estado, ou postos à disposição da empresa nacional e estrangeira. A política de crédito rural adotada pelos governos militares situa-se nesse programa de desenvolver intensiva e extensivamente o capitalismo na agricultura do País."(31)

Esta nova linha de política agrária desencadeou mudanças significativas na feição da produção agrícola, principalmente no que tange à modernização do campo dos centros mais avançados do país.

O favorecimento aos produtos de exportação e matérias-primas, através de uma política francamente destinada à grande empresa rural, determinou uma maior concentração da propriedade fundiária; eliminou praticamente dessas áreas as relações de trabalho pré-capitalistas existentes dando margem à crescente proletarização do trabalhador rural; determinou o recuo da produção de alimentos nas áreas tradicionalmente voltadas a essa produção, substituindo o plantio de produtos destinados à alimentação por produtos para a indústria e para o mercado externo.

Alguns dados comprovam estas assertivas.

QUADRO IX

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA RURAL DE ACORDO COM O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS - BRASIL - 1970/75

NÚMERO ESTABECIMENTOS	ÁREA TOTAL (HA)	
	1970	1975
99% dos Estab.	60%	58%
1% dos Estab.	40%	42%
Total	100%	100%

FONTE: Censo Agropecuário - 1970
Censo Econômico - 1975
FIBGE

QUADRO X

EVOLUÇÃO PERCENTUAL ACUMULADA DA UTILIZAÇÃO DE INSUMOS BÁSICOS PELA AGRICULTURA: 1967/75 - BRASIL

A N O	TRATORES (nº)	FERTILIZANTES (t_p)	DEFENSIVOS (t_p)
1967	10%	59%	26%
1968	21%	114%	78%
1969	32%	125%	101%
1970	46%	256%	95%
1971	58%	315%	117%
1972	81%	522%	214%
1973	111%	498%	317%
1974	146%	604%	400%
1975	187%	548%	274%

FONTE: IANNI, Octávio, Op. cit., pg. 53.

QUADRO XI

ESTRUTURA PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 1965 a 1974

Em porcentagem

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO	
	1965/69	1970/74
PRODUÇÃO		
Matérias-Primas	87	92
Alimentos	13	8
VALOR		
Matérias-Primas	63	65
Alimentos	37	35

FONTE: Secretaria de Economia e Planejamento - "Trabalho Volante na Agricultura Paulista", São Paulo (1978) pg. 65.

Pelos Quadro IX, X e XI, percebemos alguns dados que refletem claramente a direção que a agricultura tomou no período de intenso crescimento econômico verificado nos anos 68/73.

Temos que encarar essa direção à modernização do setor agrário como condição reflexa do desenvolvimento da própria indústria oligopolística, à medida em que passou o campo a ser um mercado atrativo para venda de insumos bioquímicos e mecânicos. Neste sentido é que existe "uma lógica ex-

terna à agricultura nessa sua transformação estando, esta lógica, ligada à acumulação do capital do setor industrial que produz a tecnologia moderna (...) O setor industrial que se coloca à montante da produção agrícola, praticamente impõe o desenvolvimento tecnológico da agricultura, formando a utilização das técnicas avançadas, pelo fundamental motivo de que a produção desta tecnologia é a que oferece maiores possibilidades de acumulação de lucro."(32)

Esta lógica da transformação na agricultura encontrou total suporte na política econômica voltada ao setor agrário, visto que, além dos incentivos creditícios ao uso de fertilizantes, o próprio crédito fortemente subsidiado para ampliação da capacidade instalada do capital agrícola, contribuiram efetivamente para tal transformação.

Se de um lado a política destinada a "industrializar" o campo foi conseguida, principalmente pelos mecanismos de favorecimento criados pelo Estado, de outro alguns resultados perversos acompanharam tal processo.

Como a política de modernização atingiu principalmente a região Centro-Sul do país, e isto ficará mais patente ao analisarmos os incentivos creditícios e fiscais no capítulo seguinte, os desníveis regionais se acentuaram, cabendo aos grandes produtores de matérias-primas e produtos de exportação a grande fatia da transformação tecnológica.

Este processo de claro privilegiamento da grande empresa rural, teve como resultado a diminuição relativa da produção de alimentos, que em consequência tiveram seus preços aumentados constantemente.(33)

Além disso, a utilização de técnicas cada vez mais poupadoras de mão-de-obra na agricultura, proporcionou uma elevação considerável do número de trabalhadores volantes, que vieram a reforçar ainda mais o movimento de proletarização no campo.

Ao término do "milagre" em 1973 em função da não sustentação do modelo econômico adotado[34], alia-se a crise da energia, ocasionada pelo aumento dos preços dos derivados de petróleo. Estes dois fatores proporcionaram a interrupção das taxas aceleradas de crescimento da economia brasileira, tornando nítidos os efeitos do estilo de desenvolvimento adotado nos anos 68/73, cuja solução, nos parece, até os dias de hoje não foi encontrada.

4. O Período 74 - 82 - Novamente a Crise

Os anos 74/75 foram marcados por políticas de caráter ora expansionista, ora contencionista.

Medidas de controle de crédito foram tomadas durante o ano de 74, com vistas a conter o aumento dos índices inflacionários e o aumento das importações.

A partir dos primeiros meses de 1975, porém, havia clara tendência por parte de alguns setores governamentais no sentido de se cumprir as propostas do II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, que vislumbravam a possibilidade de se manter o crescimento econômico alcançado anteriormente, através da manutenção dos gastos públicos, principalmente nos setores de insumos e bens de capital, que como se sabe, possui relativa autonomia de crescimento, se comparados, por exemplo, ao setor de duráveis. Os investimentos nesta área compensariam a queda do crescimento das inversões privadas que estava ocorrendo.

"A incongruência dos objetivos, implícita na política econômica expansionista - em meio a uma recessão mundial - fazia-se evidente. Entretanto, acima das discussões e dúvidas, os projetos iam sendo iniciados, como reflexo do voluntarismo dominante na cúpula governamental. Neste contexto, as empresas estatais, que estavam colocadas dentro do Plano, como instrumentos fundamentais de implementação dos projetos de grande porte (na área de insumos), neles lançaram-se

impetuosamente".(35)

O resultado de tal política foi um aumento do déficit público e aceleração do nível inflacionário, o que provocou uma mudança da política econômica a partir da metade do ano de 1976, quando então partiu-se para a contenção da inflação, através de mecanismos que,de um lado, reprimiriam a demanda pública e privada,e de outro, diminuiriam a pressão da dívida externa.

Comprimiu-se o crédito, com total liberação das taxas de juros, com o objetivo fundamental de amenizar a pressão pelo lado da demanda, e ademais, de permitir um patamar de juros internos que compensasse a busca por empréstimos externos.

Aliada a esta política, procurou-se reprimir a elevação dos gastos públicos.

Os efeitos dessas estratégias foram sentidos a partir dos primeiros meses de 1977, quando se verificou um declínio acentuado da atividade industrial, paralelamente ao declínio da inflação e melhoria na Balança Comercial.

No entanto, a elevação das taxas de juros criava um efeito perverso pelo lado dos custos do setor privado. Segundo Coutinho, "... a recessão e contração do investimento privado obrigavam as empresas a reciclar amplamente as suas dívidas a taxas de juros bastante elevadas".(36)

Isto significava "aperto financeiro" tanto para as empresas de pequeno e médio porte como para o setor agrícola, que foi em parte compensado com a ampliação do crédito subsidiado, via aumento de exigibilidade de aplicação; por parte dos Bancos comerciais, em linhas de crédito direcionadas às pequenas e médias empresas, e ao setor agrícola.

O resultado de tal política representou uma pressão ainda maior sobre as taxas de juros livres do mercado, o que implicou novas pressões inflacionárias, aumentando o hiato existente entre as taxas de juros subsidiadas e os índices inflacionários. Isto obrigou o Tesouro a recorrer ao mercado monetário para cobrir o rombo nas previsões do orçamento:

"... a insistência quase obcessiva em "desaquecer" a demanda agregada através da política de juros elevados e da tentativa de aperto creditício, acumulava, em escala crescentemente imanejável, o grave problema do financiamento do desequilíbrio financeiro do Tesouro". (37)

Para termos uma idéia da evolução da Dívida interna no período 75-79, o total de títulos públicos em circulação em Dezembro de 1975 era de 97,5 bilhões de cruzeiros, passando a 521,5 bilhões, em Dezembro de 1979, o que representou um crescimento real de 28% da Dívida pública, considerando-se como deflator, o índice geral de preços da FGV - col. 2.

A incapacidade de debelar a inflação ocasionou mudanças no direcionamento da política econômica. Em 15/8 de 1979 assumia o ministro Delfim Neto a SEPLAN - Secretaria do Planejamento:

"O novo ministro não deixou por menos: no seu discurso, repeliu firmemente a idéia de recessão e acenou com uma rápida reversão da escalada inflacionária". (38)

Entre outras medidas adotadas para a contenção da inflação e resolução do problema do Balanço de Pagamentos foram priorizadas as seguintes metas:

a) enfrentar o problema do déficit do Tesouro;

b) desacelerar o crescimento da dívida externa;

c) manter a correção monetária abaixo da inflação;

d) estimular a expansão da agricultura e das atividades de exportação.

Segundo, o ministro da SEPLAN, a agricultura deveria responder em duas frentes. O setor agrário seria responsável pela:

a) expansão do nível de exportação para equilibrar a Balança Comercial, francamente desfavorável em virtude do aumento contínuo do valor das importações, pelo encarecimento dos preços do petróleo. Para isto, continuou-se subsidiando a produção

agrícola, através do crédito com taxas de juros negativas.

b) Ampliação da produção de gêneros alimentícios, já que se julgava que a contínua elevação dos preços desses produtos era um dos fatores que mais contribuiam para a aceleração inflacionária. Para isto, utilizou-se também do crédito subsidiado, aliado a preços mínimos mais realistas.

Este enfoque direcionado ao setor agrário resultou no contínuo favorecimento da atividade rural através de taxas de juros negativas, como veremos no capítulo posterior.

Os anos de 81 e 82 representaram um agravamento da crise desencadeada a partir do fim do "milagre". Os índices inflacionários conservaram-se em patamares elevadíssimos. A dívida externa passou a comandar toda política econômica que visando recorrer a montantes consideráveis de empréstimos externos, dificultou o rebaixamento da inflação dada a necessidade de manter taxas de juros internas superiores às externas, o que pressionou os custos financeiros do setor privado.

Neste período, a política econômica não teve outra saída, senão se pautar por medidas nitidamente contencionistas (controle do crédito, retirada gradual de subsídios implícitos e explícitos ao crédito, redução drástica das exportações) que implicaram um aprofundamento da crise econô-

mica, com simultânea persistência dos níveis inflacionários.

No que tange ao setor agrário, aprofunda se polêmica iniciada a partir de 1980, acentuando-se nos dias atuais. Reforçava-se a corrente de pensamento que criticava os subsídios creditícios e fiscais destinados ao setor, à medida em que estes estariam resultando numa alta relação custo/benefício para economia como um todo.

Em outras palavras, o resultado econômico em termos de volume de produção, advindo da política de incentivos creditícios e fiscais, não estaria compensando a pressão sobre as contas do Tesouro, que apresentando-se constantemente deficitárias, estariam pressionando a aceleração da dívida interna e expansão da base monetária, reforçando dessa forma a alimentação inflacionária.

A retirada gradual dos subsídios a partir de 1980, não quer dizer que o setor agrário perdeu suas vantagens creditícias. O fato é que elas diminuiram como reflexo de uma crescente oposição à política de subsídios.

5. Conclusão

A nossa intenção neste capítulo foi mostrar, ainda que de forma superficial, o desenrolar da economia brasileira nestes últimos 30 anos, procurando na medida do possível, salientar a forma como foi encarado o setor agrário, dentro da perspectiva da acumulação do capital industrial.

Vimos que de uma agricultura extremamente descapitalizada na década de 40, as formas de desenvolvimento do capital no Brasil determinaram a evolução das relações capitalistas no campo, principalmente na região Centro-Sul do país, evolução esta amparada e estimulada pela política econômica governamental, principalmente no perído pós 64.

Os estímulos criados à intensificação da produção agrícola, via política de subsídios creditícios e fiscais, tiveram como consequência uma somatória de problemas a serem resolvidos dentro da própria questão agrária.

Dentre estes problemas, a questão do acesso à terra constitui-se como um dos mais sérios. O crescente aumento do preço da terra, principalmente nas regiões rurais mais capitalizadas, torna a inversão imobiliária uma das alternativas mais atraentes aos capitais ávidos de altas taxas de retorno.

Para as regiões de fronteira agrícola, isto representou a luta pela terra, na qual é, via de regra, o posseiro expulso de seus domínios pelo grande capital. Nas regiões mais tradicionais, onde as relações de produção são plenamente capitalistas, a terra tornou-se um dos ativos mais atraentes em termos de retribuição ao capital - dinheiro aplicado.

Num país, onde a abundância de terras inaproveitadas é muito grande, somente uma política econômica do estilo adotado nos últimos anos é que pode explicar a elevação dos preços da terra acima dos níveis compatíveis com o desenvolvimento do capital no campo.

Examinaremos no capítulo seguinte o caso específico da formação do preço da terra no Estado de São Paulo no período 1964-82, procurando analisar em que medida a política econômica nestes últimos anos influenciou o comportamento do mesmo.

NOTAS

1 - Ver a respeito Ianni, Octávio - "Estado e Planejamento Econômico no Brasil", Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro (1979).

2 - Art. 7º § Único da Lei nº 454 de 09/07/1937 - "Parágrafo Único - Os juros de todo e qualquer financiamento (Banco do Brasil), à agricultura e à criação não poderão exceder de 8% (oito) por cento ao ano. Art. 4% do Decreto-Lei nº 2611 de 20/09/1940 - "Não poderá exceder 7% (sete) por cento a taxa de juros dos financiamentos rurais, que forem realizados pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial".

3 - Lei nº 454 de 09/07/1937.

4 - Relatório do Banco do Brasil - 1939, pág. 32.

5 - Relatório do Banco do Brasil - 1939, pág. 33.

6 - Ver a respeito Relatório do Banco do Brasil - 1939, pág. 41.

7 - Este impulso concentrou-se nos Estados de São Paulo e da antiga Guanabara que arcavam em 1938, com 43,5% do valor da produção industrial brasileira. A esse respeito ver Rattner, H. - "Industrialização e Concentração Econômica em São Paulo, Ed. FGV, Rio de Janeiro (1972).

8 - PREBISCH, Raul - "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas" in Revista Brasileira de Economia, Ed. FGV, Rio de Janeiro (1949),3(3), pág. 48.

9 - HOMEM de MELO, F.B. - "A política econômica e o setor agrícola no período pós-guerra" in Revista Brasileira de Economia, Ed. FGV, Rio de Janeiro (1979), 33(1), pág. 29.

10 - Ver a respeito Baer, Werner, op. cit., págs. 39 a 65.

11 - Ver a respeito Tavares, M.C. - "Da substituição de importações ao Capitalismo Financeiro", Ed. Zahar, Rio de Janeiro (1976), págs. 103 a 115.

12 - TAVARES, M.C., op. cit., pág. 102.

13 - HOMEM de MELO, F.B. - "Políticas de desenvolvimento agrícola no Brasil" in Resenhas de Economia Brasileira, série ANPEC de Leituras de Economia, Ed. Saraiva, Rio de Janeiro (1979), pág. 69.

14 - Ver a respeito Furtado, Celso - "Análise do 'modelo' brasileiro", Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro (1975), págs. 91 e 92.

15 - Ver a respeito Souza, Itamar de . "Migrações internas no Brasil", Ed. Vozes, Petrópolis (1980), págs. 59 a 62.

16 - Fonte de cálculos: - IBGE - "Anuário estatístico do Brasil" - Ano V - 1939 e 1940, Rio de Janeiro (1939), pág. 275 e "O Brasil em Números", Rio de Janeiro (1966), vol. 2, pág. 99.

17 - Ver a respeito Munhoz, D.G. - "Economia Agrícola - Agricultura - uma defesa dos subsídios", Ed. Vozes, Petrópolis (1982), pág. 21.

18 - AGUIAR, F.M. - "Teoria e Prática do Crédito Rural", Ed. Herba, São Paulo (1977), pág. 42 e 43.

19 - Ver a respeito Homem de Melo,F.B. e Zockum, M.H.G.P., - "Exportações agrícolas, Balanço de Pagamentos e Abastecimento do Mercado Interno" in Estudos Econômicos, IPE/USP (1977), volume 7, nº 2, págs. 9 a 50.

20 - Segundo Homem de Melo a transferência do setor agrícola para o não agrícola foi no período de 55/57 e 58/60, equivalente a 2,1% a 7,3% e 11,6% a 19,1% da renda da indústria, respectivamente.

21 - HOMEM de MELO, (1979), op. cit., pág. 57.

22 - HOMEM de MELO e ZOCKUM, op. cit., pág. 17 e 18.

23 - Ver a respeito Ianni, Octávio - "Estado e Planejamento Econômico no Brasil", Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro (1971), págs. 75 a 216.

24 - Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica - "Programa de Ação Econômica do Governo", Brasília (1964), pág. 28.

25 - TAVARES, M.C., op. cit., pág. 171.

26 - BAER, Werner, op. cit., pág. 197.

27 - Ver a respeito Aguiar, F.M. - "Teoria e Prática de Crédito Rural", Ed. Herba, São Paulo (1977), págs. 18 e 19.

28 - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral - "Programa Estratégico de Desenvolvimento", Brasília (1967), pág. 20.

29 - Ministério do Planejamento (PED), op. cit., pág. 20.

30 - CARDOSO de MELO, J.M. e BELLUZZO, L.G.M. - "Reflexões sobre a crise atual" in Revista Escrita Ensaio, São Paulo (1977), anal nº 2, pág. 22.

31 - IANNI, Octávio - "Ditadura e Agricultura", Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro (1979), pág. 47.

32 - GRAZIANO NETO, F. - "Questão agrária e ecologia", Ed. Brasiliense (1982), pág. 42.

33 - Para se ter uma idéia da queda da produção de alimentos no Brasil, a taxa média anual de crescimento dos principais alimentos (arroz, batata, feijão, mandioca, milho), passa de 4,79% no período de 1947/67 para 0.93% no período de 67/69, enquanto que a taxa média anual de crescimento dos produtos exportáveis (algodão, cacau, café, cana, laranja, soja), passa de 5,73% no primeiro período para 8,01% no segundo.

34 - Ver a respeito Singer, Paul - "A crise do milagre ", Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro (1976).

35 - COUTINHO, L.G. - "Inflexões e crise da política econômica: 1974-1980" in Revista de Economia Política, Ed. Brasiliense (1981), volume 1, nº 1, pág. 78.

36 - COUTINHO, L.G. - op. cit., pág. 81.

37 - COUTINHO, L.G. - op. cit., pág. 83.

38 - COUTINHO, L.G. - op. cit., pág. 86.

CAPÍTULO III

PREÇO DA TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS VARIAÇÕES CÍCLICAS NO PERÍODO 1964-1982

Vimos que a partir de 1930, com a ruptura do modelo primário-exportador, a terra passa a se constituir como um ativo que efetivamente tem um preço estabelecido a partir da crescente dominação das relações capitalistas de produção no campo. É a partir deste momento, que a inversão de capital na aquisição de terra gera por si só uma relativa segurança ao seu possuidor, à medida em que este ativo representa, via de regra, uma reserva de valor capaz de proporcionar, quando da sua venda, um retorno acima do investimento feito.

O Estado de São Paulo, cuja agricultura se destacou como uma das mais capitalizadas desde a entrada do café, possui atualmente uma extensão de terras praticamente ocupada na produção agropecuária, onde a relação terras aproveitáveis exploradas/terras aproveitáveis não exploradas em 1976, de acordo com as estatísticas cadastrais do INCRA, era de 8 para 1, ou seja, de 24.432.531 ha de terras exploráveis, 88% ou 21.564.768 ha eram exploradas.

Esta ocupação da terra agrícola, na medida em que ocorreu paralelamente ao processo intenso de urbanização, ligado ao próprio desenvolvimento da industrialização, teve como característica básica a crescente incumbência de abas

tecer o setor industrial local com alimentos e sobretudo com matérias-primas, o que provocou uma diversificação acentuada na produção agrícola do Estado.

Todo este processo de transformações ocorrido contribuiu decisivamente para que a terra fosse adquirindo, cada vez mais, o caráter de ativo capaz de assegurar rentabilidade à inversão de capital. Isto em função do próprio mercado que, apresentando preços recompensadores para o produtor, estimulava-o a plantar, com o objetivo de auferir taxas de lucro que lhe garantissem novas inversões.

Esta, sem sombra de dúvida, constitui-se uma das razões da elevação do preço da terra, ou seja, a que deriva do próprio movimento do capital no campo-responsável pela própria existência da renda fundiária, como foi demonstrado no 1º capítulo deste trabalho - movimento este que se dá em maior ou menor escala, de acordo com as exigências que a industrialização impõe. Se esta industrialização demanda produtos em quantidade crescente, consequentemente os preços dos produtos da terra serão tão compensadores que valerá a pena ao produtor investir, utilizando, inclusive, novas técnicas de cultivo, que lhe garantam maior rendimento por área plantada, o que obviamente contribui para o aumento da margem de lucro, abstraindo-se os prejuízos em razão de fatores climáticos.

Logicamente, terras em que este processo seja possível, terão seus preços potencialmente altos. Este é o caso específico do Estado de São Paulo, que além de possuir terras de boa qualidade, passou por profundas transformações advindas da industrialização, que exigiram, cada vez mais, uma resposta do setor agrícola.

Veremos, no entanto, que o preço da terra no Estado de São Paulo, a partir de 1964, e mais acentuadamente, a partir dos anos 70, esteve não apenas subordinado ao movimento do capital no campo, como também a fatores ligados à própria política econômica adotada pelo Governo Federal no que tange ao setor agrário, cujos aspectos mais amplos foram abordados no capítulo anterior.

Em outras palavras, a formação do preço da terra agrícola no Estado de São Paulo no período pós-64, esteve fortemente ligada à própria política de subsídios creditícios e fiscais, que comprovadamente foram dirigidos na sua grande maioria ao grande produtor, ou seja, dirigidos ao grande capital.(1)

Para que possamos sustentar esta hipótese, analisaremos em conjunto a questão dos subsídios creditícios e fiscais concedidos à agricultura, procurando relacioná-los com o preço da terra no Estado. Para tanto, preliminarmente, daremos algumas informações sobre o Sistema Nacional de Crédito Rural, os Programas Especiais e a Cédula G.

1 - SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL-SNCR

Os objetivos do sistema estão claros no Artigo 3º da Lei 4829 de 05/11/65, cuja regulamentação foi expressa pela Resolução 69 de 22/9/67.

"Art. 3º: São objetivos específicos do crédito rural:

I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;

II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;

IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo".

Ao longo do tempo, o SNCR apresentou algumas condições especiais que se mantiveram imutáveis durante o período analisado:

QUADRO I

EVOLUÇÃO DAS TAXAS REAIS DE JUROS DO CRÉDITO RURAL NO BRASIL - 1970 a 1980

Ano	Taxas de Inflação (% a.a.)	Taxa Real de Juros (% a.a.)
1970	22	- 4
1971	20	- 5
1972	18	- 3
1973	16	- 1
1974	29	- 11
1975	28	- 11
1976	43	- 19
1977	39	- 19
1978	41	- 16
1979	77	- 24
1980	109	- 35

FONTE: Taxa de Inflação: Conjuntura Econômica

Taxa Real de Juros: Mata, Milton da - "Crédito Rural: caracterização do Sistema e estimativa dos subsídios implícitos, in Revista Brasileira de Economia, FGV (1982), vol. 36, nº 3, pág. 224.

Fica demonstrado que o setor agrário foi contemplado com taxas especiais. Resta-nos saber se tal privilégio atingiu, como previa a lei de criação do SNCR, o pequeno produtor. Estudos a respeito, já citados nas notas deste capítulo, já esgotaram o assunto, demonstrando que tal fato não aconteceu, uma vez que as próprias normas de crédito rural dificultaram sobremaneira o acesso do pequeno produtor ao crédito. Mas nunca é demais apontar esta falha crônica do crédito rural, e para tanto é esclarecedor o Quadro II:

QUADRO II

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO CRÉDITO RURAL AOS PRODUTORES - BRASIL, 1969 e 1976

Em percentagem

Ano	Pequenos		Médios e Grandes	
	Contratos	Valor	Contratos	Valor
1969	88,16	30,95	11,84	69,05
1976	77,73	11,38	26,27	88,62

FONTE: Rego, José da Costa e Wright, Charles L. - "Uma análise da distribuição do crédito rural no Brasil", in Revista de Economia Rural, V. 19, nº 2, pág. 226, Brasília (1981)

2 - PROGRAMAS ESPECIAIS

Para que a agricultura fosse capaz de responder adequadamente às necessidades traçadas pela política econômica federal, foram levados a efeito, além das linhas de crédito do SNCR, os Programas Especiais, que visavam, através do estímulo via crédito, cobrir as lacunas existentes no SNCR.

Exemplo destes Programas Especiais é o PRÓ-ÁLCOOL - Programa Nacional do Álcool, que com o objetivo de procurar substituir parte do gasto com petróleo, através da produção de álcool extraído da cana-de-açúcar, oferecia condições creditícias atrativas em termos de taxas de juros dos empréstimos.

A exemplo do PRÓ-ÁLCOOL, outros programas foram desenvolvidos, tais como o PRONAZEM - Programa Nacional de Armazenagem, o PROCAL - Programa Nacional de Calcáreo Agrícola e outros destinados a regiões específicas, como o POLO-NORDESTE - Programa de Desenvolvimento das áreas Integradas do Nordeste e o POLOAMAZÔNIA - Programa de Desenvolvimento da Amazônia.

"Esses programas - salientam PEROSA e AIDAR - fogem ao Manual do Crédito Rural, por uma questão de simplificação administrativa e por preverem estímulos maiores, vale dizer, um volume maior de subsídios".(3)

Cabe ressaltar ainda sobre os Programas Especiais que, via de regra, o pequeno produtor não participou destes, sob o pretexto de que o grande proprietário é mais "eficiente na condução da atividade econômica"(4), objeto do programa.

3 - SUBSÍDIO FISCAL - A CÉDULA "G"

Além dos incentivos fiscais destinados a certas regiões, como os de competência da SUDAN e SUDENE, e às atividades específicas, tais como à exportação, existe, e este sim corresponde ao grande montante de subsídio destinado à agricultura, o incentivo fiscal via declaração de rendimentos, face ao tratamento diferenciado concedido à pessoa jurídica ou física na agricultura,em relação ao tratamento à pessoa jurídica ou física de outro setor da economia.(5)

As condições oferecidas portanto, pela cédula G, cédula esta específica para a declaração anual de rendimentos de proprietários rurais, teria sido o grande instrumento que possibilitou o aumento da carga de subsídios à agricultura.

Através de cálculos elaborados por PEROSA e AIDAR(6), com base nas instruções para o preenchimento dos formulários do Imposto de Renda para o ano de 1980, chegamos ao seguinte:

a) as pessoas jurídica e física na agricultura, eram taxadas em aproximadamente 97% e 94% menos em relação à pessoa ju-

rídica de outros setores, considerando-se que estes não contavam com qualquer tipo de subsídio para suas empresas;

b) para uma fazenda formada, comparando-se o volume de subsídios creditício e fiscal, este último representava aproximadamente, 195% do primeiro;

c) que para esta mesma fazenda formada, a somatória de subsídios creditício e fiscal redundava num percentual de 51,8% do lucro real acumulado.

Estes resultados nos levam a crer que, embora não calculado, o subsídio fiscal, representado pelas condições especiais destinadas aos proprietários de imóveis rurais, atingiu vultosos montantes no período analisado.

4 - OS SUBSÍDIOS E O PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA

Analisadas as principais características de que se revestiram os subsídios no período, consubstanciadas na política econômica adotada, mostraremos a grande relação existente entre esta política e o preço da terra no Estado de São Paulo, procurando caracterizar como a variação deste preço esteve fundamentalmente ligada à expansão e contração dos subsídios.

Como já dissemos no capítulo I deste trabalho, a renda fundiária em suas três formas, a diferencial I e II e a absoluta, não são suficientes para explicar as variações cíclicas a que na verdade está sujeito, dada a intervenção do Estado na formulação da política econômica, o preço

das propriedades fundiárias.

Neste sentido haveria um outro tipo de renda que estaria ligada à própria terra, enquanto ativo capaz de assegurar aos seus possuidores altas taxas de retorno, sem que necessariamente, via produção. Chamemos esta renda de 4º Renda, como o faz Rangel ou de Renda especulativa, uma vez que ela existe no Brasil e em particular no Estado de São Paulo.

Para que possamos nos deter no caso específico deste Estado, elaboramos quadros que mostram o comportamento do preço da terra agrícola durante 15 anos ou seja de 1969 a 1983. Para que tal levantamento fosse feito por região consultamos o Banco de Dados da Divisão de Apoio à Pesquisa do Instituto de Economia Agrícola, que nos cedeu material referente às DIRAs - Divisões Regionais Agrícolas do Estado, cujos municípios encontram-se em apêndice a este trabalho.

Para o período 1964 a 1968, foram utilizados também dados do mesmo Instituto. A separação dos dois períodos, no que diz respeito à análise a ser feita está ligada ao fato de que a partir de 1969, existem dados para todas as DIRAs enquanto que para os anos 1964/68, somente nos foi possível coletar informações sobre o preço médio no Estado.

4.1 - PERÍODO 1964/68

Este período, como já salientamos no capítulo II deste trabalho, caracterizou-se por ser uma fase de transição, onde o regime instituído em 1964 centrou suas forças no combate à inflação, através de uma política econômica francamente de cunho recessionista, o que gerou grave crise para o setor privado como um todo, dado o grande aperto de liquidez que se configurou.

A nova ênfase em relação ao setor agrário, representada pela prioridade à agricultura de exportação, ou à agricultura do grande capital, seria o anteparo filosófico ao próprio comportamento do setor nos anos posteriores, visto que dentre as medidas adotadas, estava a clara tendência de se fortalecer o crédito agrícola, fato este consumado através da criação do SNCR.

Como este Sistema passou a funcionar realmente a partir de 1967/68, o período analisado não sofreu a influência do subsídio creditício, enquanto um dos fatores determinantes da alta dos preços da terra agrícola. Senão vejamos: o preço da terra de cultura, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, era, para o Estado de São Paulo em 1964, de Cr$ 150,00 passando a Cr$ 650,00 em1968, o que significou um aumento nominal de 333%. No mesmo período, o aumento geral nos preços, mensurado pelo Índice Geral dos Preços - IGP col. "2" da FGV, foi de 108,5%.

Apesar da taxa real de juros dos empréstimos rurais neste período ter sido em média de aproximadamente 23% negativos, isto não foi o determinante da valorização da terra acima da inflação. Isto por um simples motivo: a quantidade de recursos para crédito era escasso, dada a política de combate à inflação, via contração dos meios de pagamento e da base monetária, o que não permitia grande folga à realização de empréstimos rurais. Ademais neste período, praticamente era o Banco do Brasil ainda o único responsável pela oferta de crédito agrícola subsidiado, uma vez que os bancos privados não eram obrigados a aplicar parte de seus depósitos à vista com operações de crédito rural(7), somente atentendo à linha normal de crédito representada pelo tradicional desconto de Duplicatas e Notas promissórias.

Basta lançarmos mão dos dados que nos oferecem os Relatórios Anuais do Banco do Brasil e constataremos que o menor aumento percentual no número de créditos concedidos verifica-se justamente no período 1965/70. Observemos o Quadro III:

QUADRO III

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRÉDITOS RURAIS CONCEDIDOS

- BANCO DO BRASIL -

1941-1970

Ano	nº	Variação no Período % a.a.
1941	11.607	-
1945	29.614	39
1955	68.115	13
1960	142.764	21
1965	410.419	37
1970	612.879	9

FONTE: Banco do Brasil S.A. - Relatórios Anuais e Departamento de Estatística para o ano de 1970.

A tendência até o ano de 1965 era a de atender um número cada vez maior de proprietários rurais. Invertida a tendência a partir da metade da década de 1960, cai a oferta do crédito rural no período 1965-70, retornando o crescimento a partir daí como veremos adiante.

A exposição feita nos leva a concluir, salvo melhor juízo, que provavelmente a causa da alta do preço da terra no período deveu-se fundamentalmente à segurança que tal ativo trazia ao investidor, que não possuia alternativas

de inversão mais rentável, a exemplo do que ocorre atualmente com a existência de um mercado financeiro, cujos papéis trazem altas taxas de retorno.

4.2 - PERÍODO 1969/82

Com a recuperação da economia a partir de 1968, acompanhada pela reestruturação do mercado financeiro , que trazia embutida nova sistemática de crédito ao setor agrícola, o comportamento do preço da terra no Estado de São Paulo esteve, de um modo geral, ligado a esta nova política econômica.

Os Quadros IV a XII com seus respectivos gráficos apresentam os preços em valores correntes, das terras em 9 Divisões Regionais Agrícolas do Estado, durante o período 1969/83, bem como apontam a variação real anual e o Índice de Variação Real Acumulado considerando-se como deflator o IGP-Col. "2" da Fundação Getúlio Vargas.

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER

QUADRO IV - EVOLUÇÃO PREÇO TERRA - DIRA SÃO PAULO - 69 a 83

a) Valores Correntes/Ha . Cr$ 1.00

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	948	1.924	2.257	2.570	4.400	8.200	11.300	20.700	34.740	45.269	65.672	106.731	204.000	359.000	710.000
Terra Nua de Segunda	703	1.136	1.565	1.800	2.400	6.000	9.270	16.850	22.940	38.016	63.496	101.076	192.000	348.000	607.960
Terra Nua de Campo	384	766	1.090	1.440	1.600	4.100	6.900	12.600	14.100	24.380	54.973	71.509	106.000	234.000	389.430
Terra Nua p/ Pastagem	567	786	1.288	1.460	2.200	5.400	8.670	18.890	18.180	26.860	51.346	72.533	176.000	272.000	529.000
Terra Nua p/ Reflorest.	371	854	973	1.240	1.900	4.600	7.810	11.850	14.800	27.686	52.099	71.344	170.000	285.000	472.140

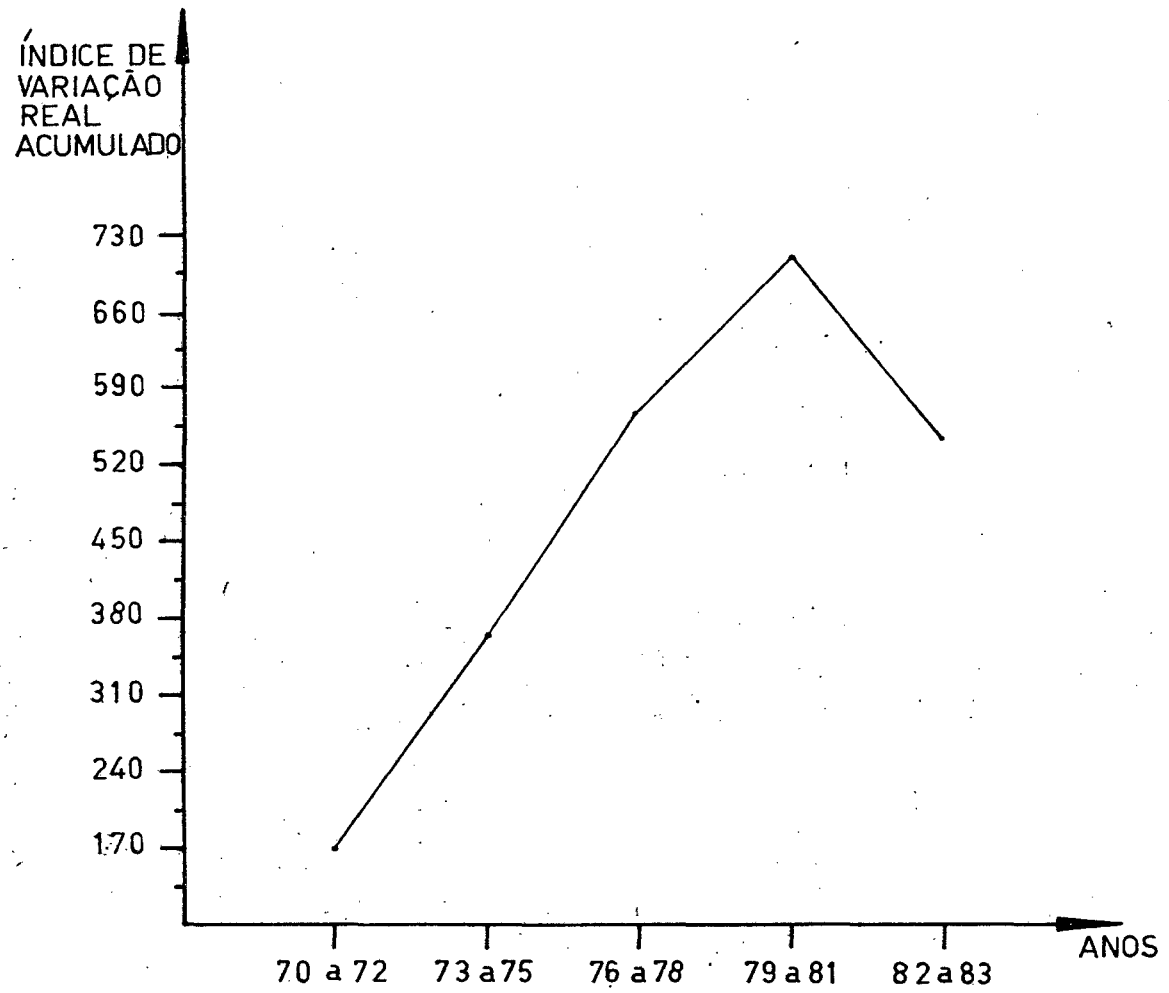
b) Variação Real Anual - %

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	-	69	(2)	(5)	48	59	1	38	15	15	1	(11)	(13)	(8)	(3)
Terra Nua de Segunda	-	35	15	(4)	15	114	13	37	(7)	20	17	(13)	(13)	(5)	(11)
Terra Nua de Campo	-	66	19	10	(4)	119	23	37	(23)	26	58	(29)	25	(38)	(19)
Terra Nua p/ Pastagem	-	15	37	(6)	30	110	17	64	(52)	7	34	(23)	11	(19)	(5)
Terra Nua p/ Reflorest.	-	92	(5)	6	32	107	24	14	(14)	36	32	(25)	9	(13)	(19)

c) Índice de Variação Real Acumulado - Base: 1969 = 100

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	100	169	166	157	232	370	374	516	593	682	689	613	534	491	476
Terra Nua de Segunda	100	135	155	149	171	367	414	568	528	634	741	645	561	533	474
Terra Nua de Campo	100	166	198	217	209	457	562	770	593	747	1.180	837	1.047	649	526
Terra Nua p/ Pastagem	100	115	158	148	193	404	473	776	372	398	533	411	456	369	351
Terra Nua p/ Reflorest.	100	192	182	193	255	528	655	747	642	873	1.152	865	943	820	664

GRÁFICO I- EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VARIAÇÃO REAL ACUMULADO DO PREÇO DA TERRA NA DIRA- SÃO PAULO ← Base 1969= 100



ANOS	ÍNDICE
1970 a 1972	170
1973 a 1975	378
1976 a 1978	630
1979 a 1981	700
1982 a 1983	535

QUADRO V - EVOLUÇÃO PREÇO TERRA - VALE DO PARAÍBA - 69 a 83

a) Valores Correntes/Ha - Cr$ 1,00

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	479	925	1.480	1.780	2.000	5.400	9.410	17.360	20.880	23.554	25.826	39.018	84.000	170.000	377.000
Terra Nua de Segunda	492	595	763	1.000	1.300	3.100	5.900	11.980	14.480	16.529	18.939	29.459	79.000	124.000	271.500
Terra Nua de Campo	176	283	415	330	500	600	2.970	4.810	4.930	6.612	8.769	12.296	24.000	91.000	135.500
Terra Nua p/ Pastagem	424	481	567	775	900	1.900	4.580	8.010	9.180	11.570	13.805	21.545	40.000	87.000	180.000
Terra Nua p/ Reflorest.	234	342	382	485	600	1.200	3.350	5.330	6.500	7.851	9.233	14.744	27.000	78.000	126.000

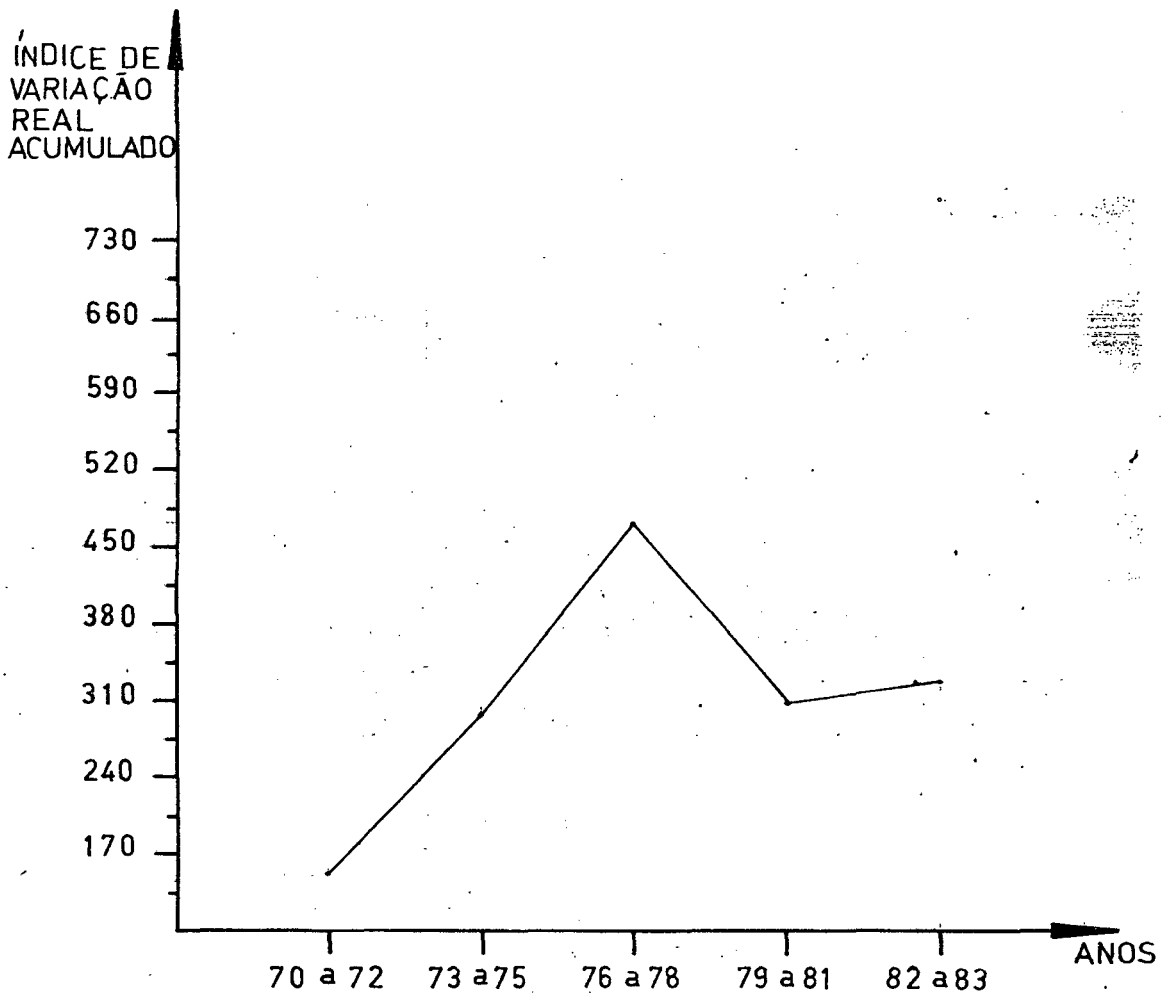
b) Variação Real Anual - %

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	-	61	33	- o -	(3)	131	28	39	(17)	(18)	(22)	(17)	2	6	9
Terra Nua de Segunda	-	1	7	9	12	104	39	53	(17)	(17)	(20)	(15)	22	(18)	7
Terra Nua de Campo	-	34	22	(44)	31	3	262	22	(30)	(3)	(7)	(23)	(12)	98	(27)
Terra Nua p/ Pastagem	-	(6)	(2)	14	-	80	76	32	(21)	(8)	(16)	(14)	(15)	13	1
Terra Nua p/ Reflorest.	-	22	(7)	6	7	71	104	20	(16)	(12)	(18)	(12)	(17)	51	(21)

c) Índice de Variação Real Acumulado - Base: 1969 = 100

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	100	161	214	214	208	480	614	853	709	581	453	376	383	407	443
Terra Nua de Segunda	100	101	108	118	132	269	374	572	475	394	315	267	327	268	286
Terra Nua de Campo	100	134	163	92	120	124	447	546	382	370	344	265	233	462	337
Terra Nua p/ Pastagem	100	94	92	105	105	189	333	439	347	319	268	231	196	221	224
Terra Nua p/ Reflorest.	100	122	113	120	129	220	449	539	453	398	327	287	238	360	284

GRÁFICO II - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VARIAÇÃO REAL ACUMULADO DO PREÇO DA TERRA NA DIRA- VALE DO PARAÍBA- Base 1969=100



ANOS	ÍNDICE
1970 a 1972	130
1973 a 1975	279
1976 a 1978	492
1979 a 1981	300
1982 a 1983	329

QUADRO VI - EVOLUÇÃO PREÇO TERRA - DIRA SOROCABA - 69 a 83

a) Valores Correntes / Ha - Cr$ 1.00

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	587	617	1.587	1.455	2.600	8.500	10.060	15.300	24.090	34.711	47.318	76.645	158.000	320.000	558.000
Terra Nua de Segunda	411	431	1.023	1.000	2.000	6.200	8.260	11.260	17.920	22.727	34.321	58.540	123.000	261.000	487.000
Terra Nua de Campo	209	206	457	600	1.000	3.100	4.890	8.120	9.050	14.463	17.217	35.468	91.000	167.000	354.600
Terra Nua p/ Pastagem	355	364	792	820	1.600	5.300	5.730	10.020	14.660	19.421	28.234	50.600	116.000	216.000	406.000
Terra Nua P/ Reflorest.	249	249	510	650	1.200	3.300	5.280	7.840	10.650	16.116	21.105	38.178	92.000	188.000	355.150

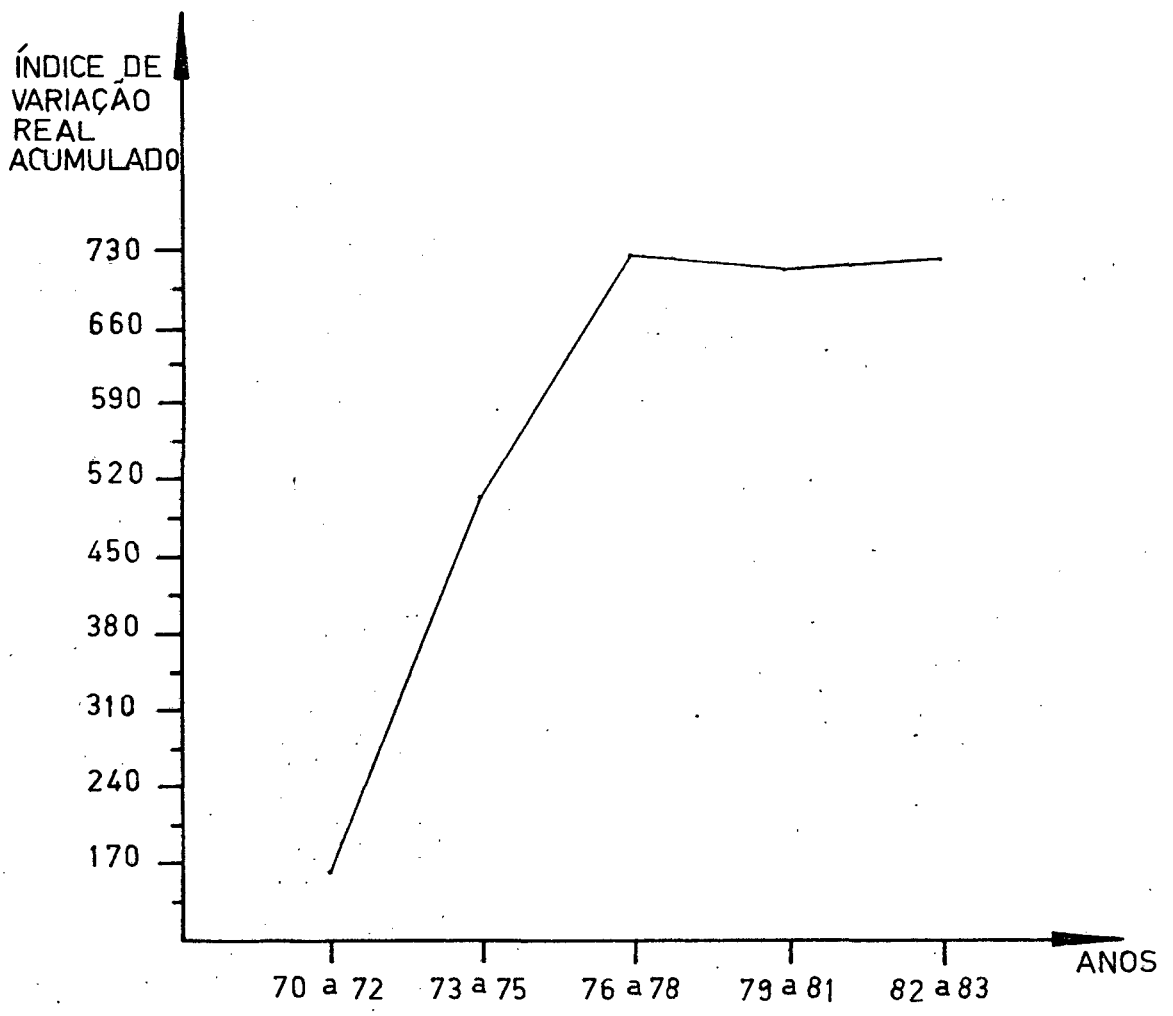
b) Variação Real Anual - %

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	-	(12)	114	(29)	54	179	(14)	14	8	5	(4)	(11)	(6)	6	(15)
Terra Nua de Segunda	-	(13)	98	(22)	73	165	(3)	3	9	8	6	(7)	(4)	11	(9)
Terra Nua de Campo	-	(21)	85	9	44	165	15	25	(24)	16	(17)	13	11	(4)	(4)
Terra Nua p/ Pastagem	-	(15)	81	14	69	183	(21)	32	-	(4)	2	2	4	(3)	(8)
Terra Nua p/ Reflorest.	-	(20)	71	6	60	135	17	12	(7)	10	(8)	1	10	7	(8)

c) Índice de Variação Real Acumulado - Base: 1969 = 100

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	100	88	188	133	206	574	493	562	607	638	612	545	511	545	461
Terra Nua de Segunda	100	87	172	134	232	614	596	614	669	723	766	712	684	759	691
Terra Nua de Campo	100	79	146	159	229	608	699	874	764	770	639	723	802	769	739
Terra Nua p/ Pastagem	100	85	154	175	296	839	662	875	875	839	857	874	909	882	811
Terra Nua p/ Reflorest.	100	80	137	145	232	545	638	714	664	731	672	679	747	799	735

GRÁFICO III- EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VARIAÇÃO REAL ACUMULADO DO PREÇO DA TERRA NA DIRA- SOROCABA- Base 1969 =100



ANOS	ÍNDICE
1970 a 1972	164
1973 a 1975	498
1976 a 1978	728
1979 a 1981	715
1982 a 1983	719

QUADRO VII - EVOLUÇÃO PREÇO TERRA - DIRA CAMPINAS - 69 a 83

a) Valores Correntes / Ha - Cr$ 1.00

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	882	1968	2547	3270	5000	10900	14110	23910	35320	50496	78127	114543	258000	556000	858000
Terra Nua de Segunda	727	1384	1896	2385	3500	9300	11250	17920	25330	39710	54378	89927	191000	432000	710500
Terra Nua de Campo	421	675	942	1000	1900	6400	5820	9600	12850	18698	34395	49786	140000	351000	492800
Terra Nua p/ Pastagem	683	1021	1415	1800	2900	7800	10140	13470	19630	28471	50226	73873	154000	334700	547700
Terra Nua p/ Reflorest.	579	803	1088	1340	1900	6500	7410	10440	14020	22223	34782	57386	130000	271000	496400

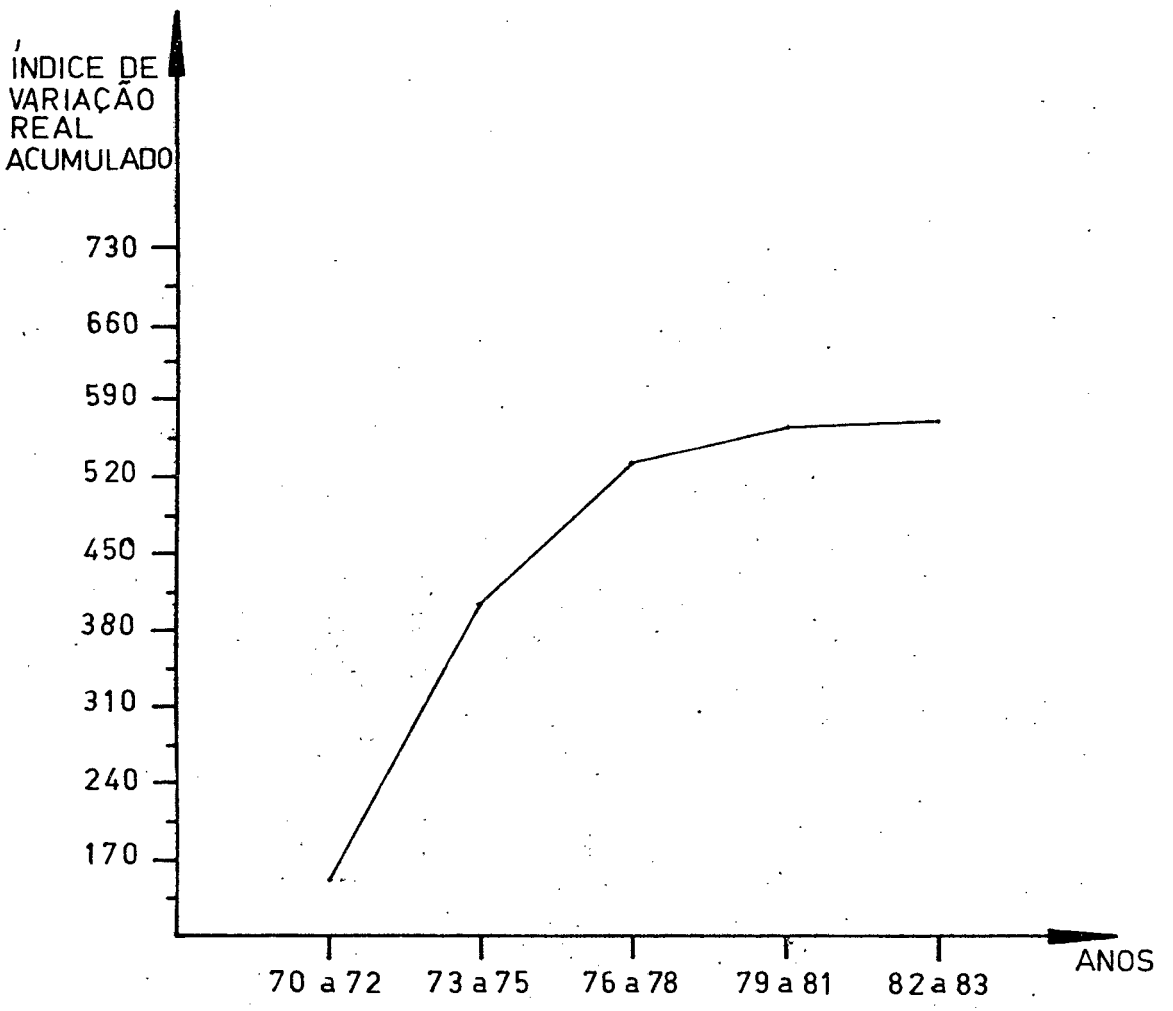
b) Variação Real Anual - %

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	-	86	8	7	32	86	(6)	28	1	4	8	(20)	3	12	(24)
Terra Nua de Segunda	-	59	14	5	27	127	(12)	20	(3)	14	(4)	(9)	(3)	18	(19)
Terra Nua de Campo	-	33	16	(12)	64	188	(34)	24	8	6	29	(21)	28	31	(31)
Terra Nua p/ Pastagem	-	24	15	6	39	130	(5)	-	-	5	24	(19)	(5)	18	(23)
Terra Nua p/ Reflorest.	-	15	13	3	23	192	(17)	6	(8)	15	10	(10)	3	9	(10)

c) Índice de Variação Real Acumulado - Base: 1969 = 100

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	100	186	201	215	283	526	495	633	640	665	718	575	592	663	504
Terra Nua de Segunda	100	159	181	190	242	549	483	580	562	641	615	559	543	641	519
Terra Nua de Campo	100	133	154	136	223	641	423	525	483	512	660	522	668	875	603
Terra Nua p/ Pastagem	100	124	143	151	210	483	459	459	459	483	598	484	460	543	418
Terra Nua p/ Reflorest.	100	115	130	134	165	481	399	423	389	447	492	443	456	497	447

GRÁFICO IV - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VARIAÇÃO REAL ACUMULADO DO PREÇO DA TERRA NA DIRA- CAMPINAS- Base 1969=100



ANOS	ÍNDICE
1970 a 1972	157
1973 a 1975	404
1976 a 1978	527
1979 a 1981	562
1982 a 1983	567

QUADRO VIII - EVOLUÇÃO PREÇO TERRA - DIRA RIBEIRÃO PRETO - 69 a 83

a) Valores Correntes / Ha - Cr$ 1.00

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	950	1.383	1.716	2.340	3.900	10.700	12.040	16.950	26.050	37.190	48.017	91.012	224.000	439.000	591.000
Terra Nua de Segunda	714	921	1.172	1.620	3.100	8.100	8.790	12.230	19.120	28.512	37.179	71.896	183.000	363.000	497.000
Terra Nua de Campo	276	315	407	660	1.200	4.700	4.080	5.070	9.150	14.463	21.005	35.124	100.000	238.000	309.000
Terra Nua p/ Pastagem	590	927	327	1.320	2.400	6.900	7.420	9.938	15.460	21.488	31.276	62.391	160.000	293.000	417.500
Terra Nua p/ Reflorest.	373	433	525	800	1.500	5.100	4.970	7.140	9.800	14.050	19.346	30.992	91.000	207.000	374.850

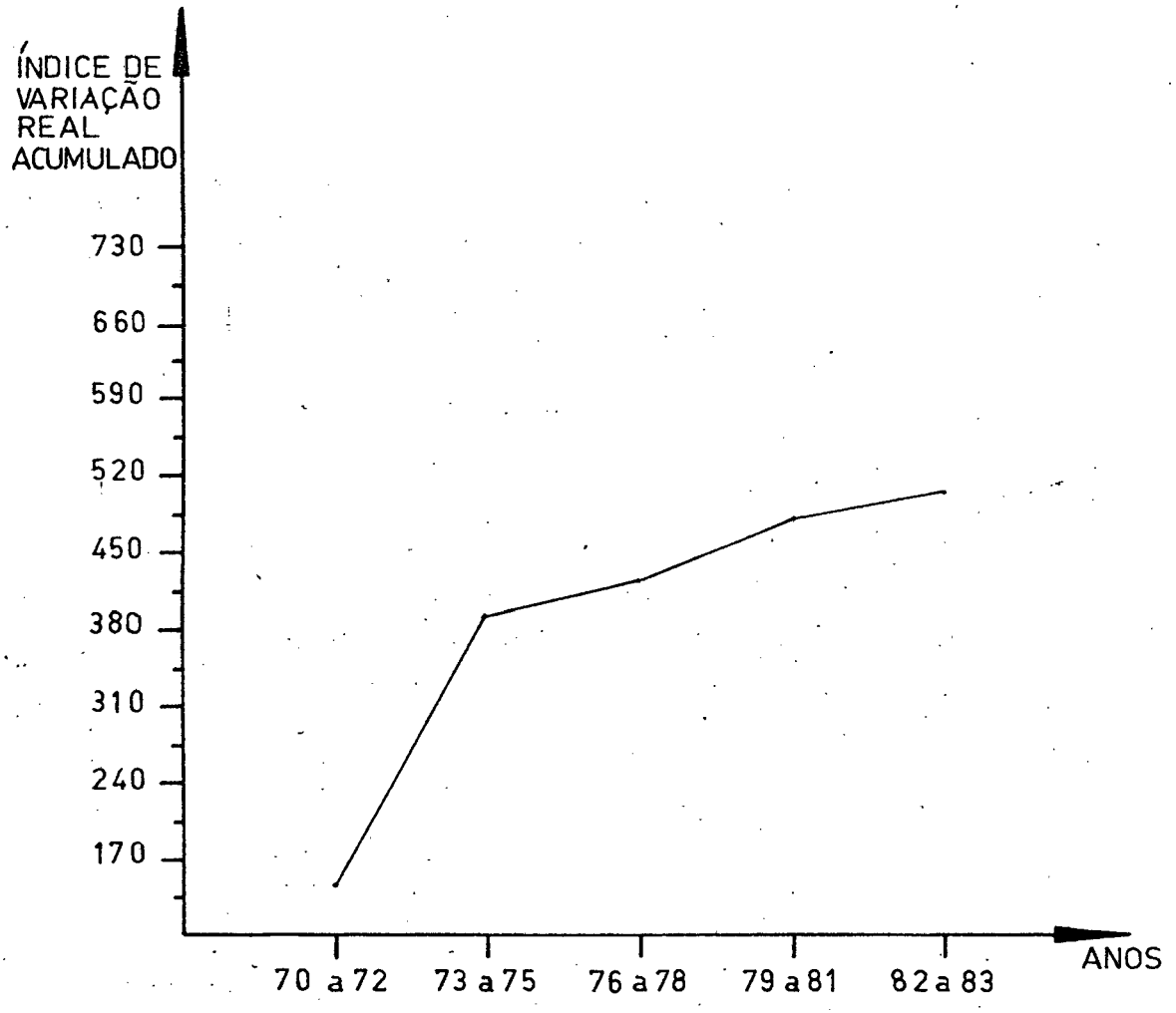
b) Variação Real Anual - %

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	-	21	3	14	44	134	(18)	6	5	4	(9)	4	12	2	(34)
Terra Nua de Segunda	-	7	6	15	65	123	(21)	5	7	8	(9)	6	16	3	(33)
Terra Nua de Campo	-	(5)	8	35	57	235	(52)	(6)	24	15	2	8	30	24	(34)
Terra Nua p/ Pastagem	-	2	7	19	57	146	(22)	1	7	1	2	9	17	(5)	(30)
Terra Nua p/ Reflorest.	-	(3)	1	27	62	191	(38)	8	(6)	4	(3)	(12)	34	19	(11)

c) Índice de Variação Real Acumulado - Base: 1969 = 100

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	100	121	125	142	205	479	393	416	437	454	414	430	482	491	324
Terra Nua de Segunda	100	107	113	150	247	551	436	358	489	529	481	510	592	609	408
Terra Nua de Campo	100	95	103	139	217	728	350	329	408	468	478	516	671	832	549
Terra Nua p/ Pastangem	100	102	109	130	204	502	391	395	422	427	435	474	555	527	369
Terra Nua p/ Reflorest.	100	97	98	124	202	587	364	393	369	383	372	328	439	522	465

GRÁFICO V- EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VARIAÇÃO REAL ACUMULADO DO PREÇO DA TERRA NA DIRA- RIBEIRÃO PRETO- Base 1969=100



ANOS	ÍNDICE
1970 a 1972	117
1973 a 1975	391
1976 a 1978	425
1979 a 1981	479
1982 a 1983	509

QUADRO IX - EVOLUÇÃO PREÇO TERRA - DIRA BAURU - 69 a 83

a) Valores Correntes / Ha - Cr$ 1.00

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	627	798	1.129	1.560	2.600	6.800	11.050	14.480	17.770	28.099	33.817	60.390	170.000	254.000	481.000
Terra Nua de Segunda	405	540	743	1.000	1.900	5.500	7.190	10.060	16.920	20.661	26.004	46.348	138.000	204.000	353.000
Terra Nua de Campo	185	197	267	370	800	2.400	3.050	5.090	6.140	8.678	12.048	20.297	78.000	117.000	206.500
Terra Nua p/ Pastagem	321	431	624	800	1.400	3.600	5.280	7.270	9.420	14.050	17.505	32.207	110.000	164.000	291.500
Terra Nua p/ Reflorest.	242	292	389	475	1.000	2.700	3.550	5.310	6.680	9.917	13.600	29.418	82.000	127.000	214.500

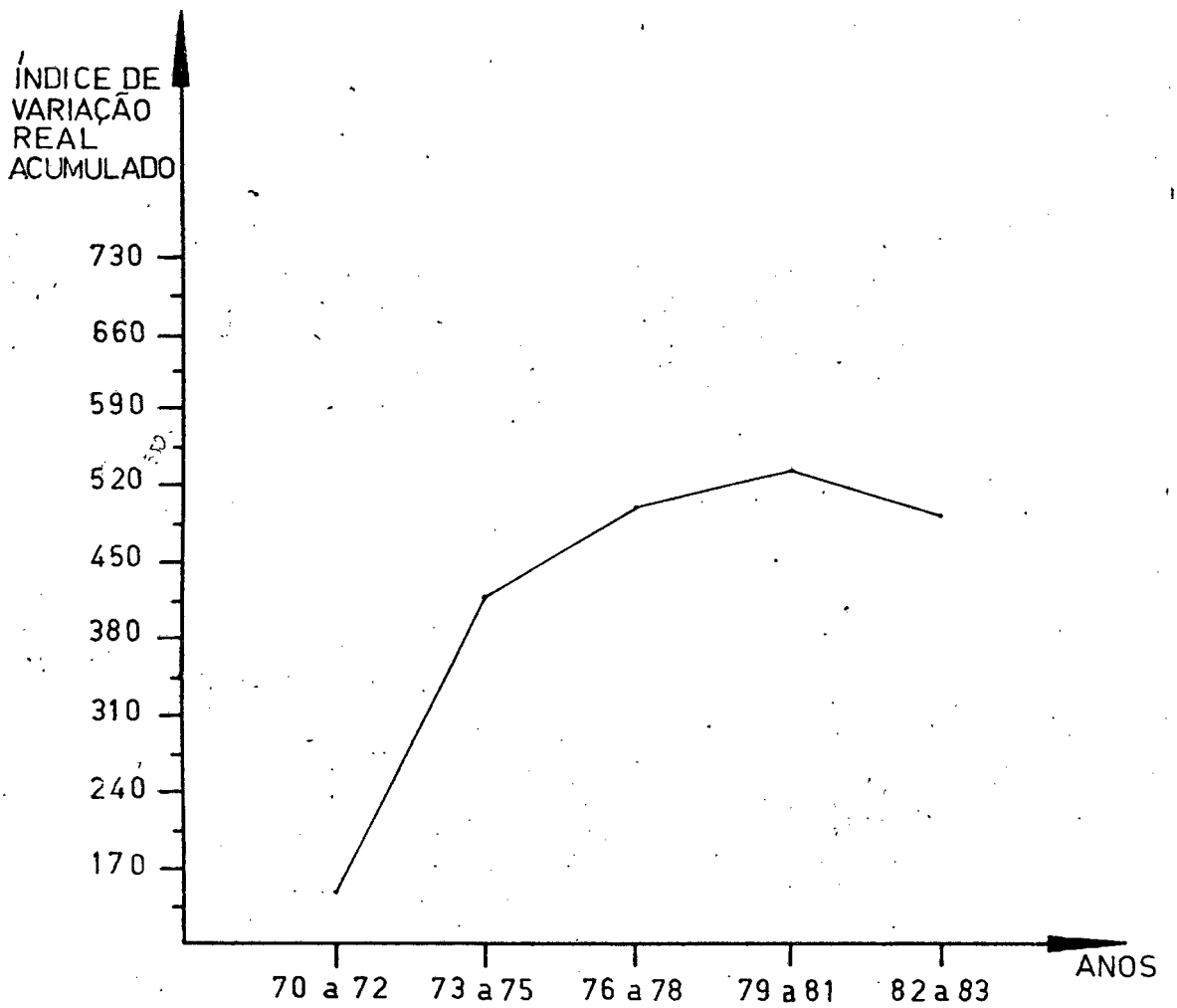
b) Variação Real Anual - %

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	-	6	18	15	44	124	19	1	(16)	15	(16)	2	28	(22)	(7)
Terra Nua de Segunda	-	11	15	12	64	147	(5)	5	15	(11)	(12)	2	36	(24)	(15)
Terra Nua de Campo	-	(11)	13	15	87	156	(7)	26	(17)	3	(3)	(8)	75	(22)	(14)
Terra Nua p/ Pastagem	-	12	21	7	51	120	7	4	(11)	8	(13)	1	56	(22)	(13)
Terra Nua p/ Reflorest.	-	1	11	2	82	131	(4)	13	(14)	8	(4)	19	27	(33)	(17)

c) Índice de Variação Real Acumulado - Base: 1969 = 100

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	100	106	125	144	207	469	558	563	473	544	457	466	597	466	433
Terra Nua de Segunda	100	111	128	143	234	579	550	523	601	535	470	480	653	496	421
Terra Nua de Campo	100	89	101	116	216	554	515	649	538	555	538	495	866	676	581
Terra Nua p/ Pastagem	100	112	136	145	219	482	515	536	477	515	448	452	706	550	479
Terra Nua p/ Reflorest.	100	101	112	114	208	481	462	522	449	484	465	553	703	471	391

GRÁFICO VI - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VARIAÇÃO REAL ACUMULADO DO PREÇO DA TERRA NA DIRA- BAURU- Base 1969=100



ANOS	ÍNDICE
1970 a 1972	119
1973 a 1975	416
1976 a 1978	513
1979 a 1981	529
1982 a 1983	490

QUADRO X - EVOLUÇÃO PREÇO TERRA - DIRA - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - 69 a 83

a) Valores Correntes / Ha - Cr$ 1.00

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	661	879	1.123	1.700	3.200	7.700	8.810	10.580	21.130	23.967	35.459	84.039	167.000	285.000	402.500
Terra Nua de Segunda	489	613	807	1.200	2.600	5.900	6.870	7.800	12.450	19.008	28.497	67.858	140.000	229.000	336.000
Terra Nua de Campo	293	303	432	420	1.500	2.200	3.970	4.010	7.390	7.025	22.292	41.322	87.000	147.000	222.600
Terra Nua p/ Pastagem	470	592	792	1.170	2.500	5.500	6.000	6.560	10.840	17.355	27.623	64.251	133.000	218.000	303.000
Terra Nua p/ Reflorest.	304	430	584	635	1.800	3.300	5.010	4.640	9.460	13.636	22.966	42.410.	97.000	165.000	253.000

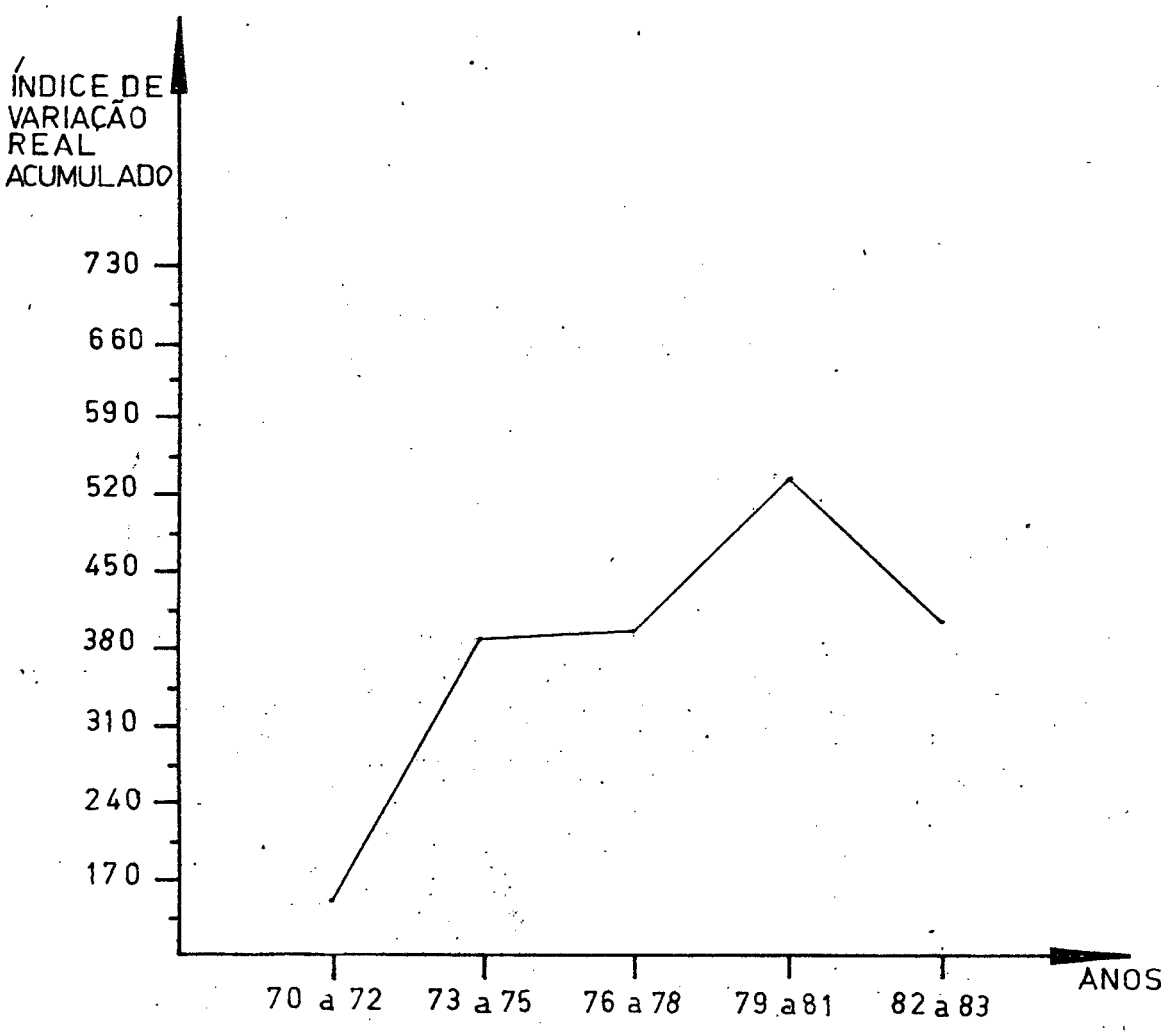
b) Variação Real Anual - %

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	-	11	6	26	63	106	(16)	(10)	37	(18)	4	30	(9)	(11)	(31)
Terra Nua de Segunda	-	4	10	24	87	94	(15)	(15)	9	11	5	31	(6)	(15)	(29)
Terra Nua de Campo	-	(14)	19	(23)	209	25	32	(24)	26	(46)	123	2	4	(12)	(26)
Terra Nua p/ Pastagem	-	5	11	23	85	88	(20)	(18)	13	16	12	27	(6)	(15)	(32)
Terra Nua p/ Reflorest.	-	18	13	(9)	145	57	11	(39)	40	5	18	1	4	(11)	(25)

c) Índice de Variação Real Acumulado - Base: 1969 = 100

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	100	111	118	148	242	498	418	376	516	423	439	571	520	463	319
Terra Nua de Segunda	100	104	114	142	265	515	437	372	405	450	472	619	582	494	351
Terra Nua de Campo	100	86	102	79	243	304	402	305	385	208	463	473	491	432	320
Terra Nua p/ Pastagem	100	105	117	143	265	499	399	327	370	429	480	609	573	487	331
Terra Nua p/ Reflorest.	100	118	133	121	297	467	518	316	442	465	548	554	576	512	384

GRÁFICO VII- EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VARIAÇÃO REAL ACUMULADO DO PREÇO DA TERRA NA DIRA- SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - Base 1969=100



ANOS	ÍNDICE
1970 a 1972	116
1973 a 1975	385
1976 a 1978	386
1979 a 1981	524
1982 a 1983	409

QUADRO XI - EVOLUÇÃO PREÇO TERRA - DIRA - ARAÇATUBA - 69 a 83

a) Valores Correntes / Ha - Cr$ 1.00

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	492	703	1.093	1.700	2.800	6.000	8.970	9.380	12.740	18.595	28.311	61.202	146.000	219.000	351.000
Terra Nua de Segunda	353	502	774	1.400	2.200	5.000	6.950	7.450	10.650	15.702	23.597	51.308	126.000	182.000	289.200
Terra Nua de Campo	186	262	413	865	1.300	3.300	5.150	4.190	7.600	12.397	15.890	34.329	116.000	140.000	219.500
Terra Nua p/ Pastagem	360	531	755	1.380	2.100	4.600	6.690	7.360	10.000	14.463	21.694	48.481	119.000	171.000	281.100
Terra Nua p/ Reflorest.	240	314	508	1.000	1.700	3.900	5.500	5.410	8.560	12.810	16.426	38.338	121.000	153.000	253.000

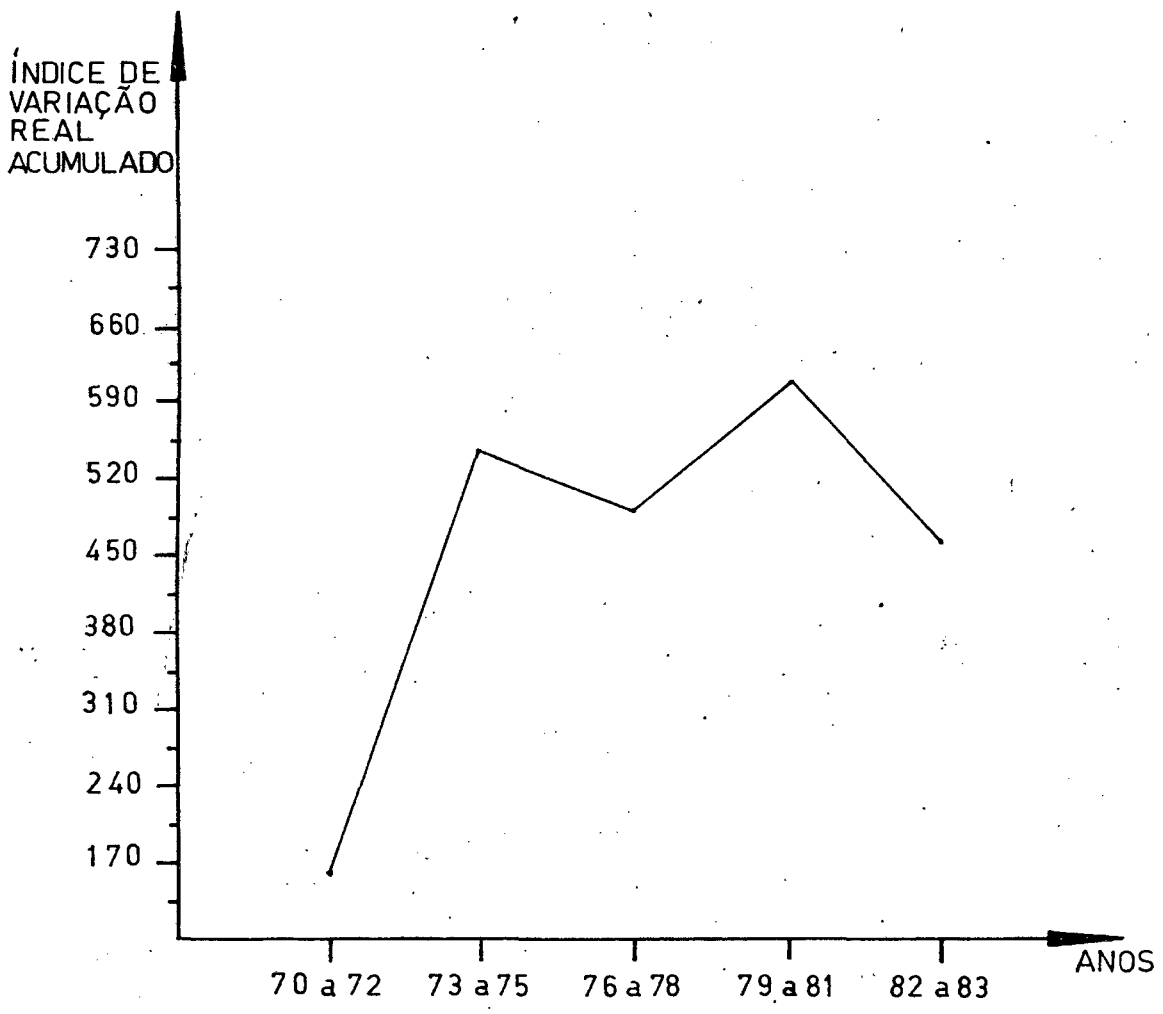
b) Variação Real Anual - %

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	-	19	30	30	42	83	9	(21)	(7)	6	7	18	9	(22)	(22)
Terra Nua de Segunda	-	18	29	51	36	94	1	(19)	(2)	7	5	19	12	(25)	(22)
Terra Nua de Campo	-	17	31	75	30	117	14	(53)	24	18	(10)	18	54	(37)	(23)
Terra Nua p/ Pastagem	-	23	18	52	32	87	6	(17)	(7)	5	5	22	12	(26)	(20)
Terra Nua p/ Reflorest.	-	9	35	64	47	96	3	(31)	9	9	(10)	28	41	(33)	(19)

c) Índice de Variação Real Acumulado - Base: 1969 = 100

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev/83
Terra Nua de Primeira	100	119	155	202	286	524	570	451	419	444	476	561	610	476	372
Terra Nua de Segunda	100	118	152	230	313	606	613	496	486	520	546	650	728	546	426
Terra Nua de Campo	100	117	153	268	349	757	863	405	503	593	534	438	674	425	327
Terra Nua p/ Pastagem	100	123	145	221	291	545	577	479	446	468	491	599	671	497	397
Terra Nua p/ Reflorest.	100	109	147	241	355	695	716	494	539	587	528	676	966	647	525

GRÁFICO VIII - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VARIAÇÃO REAL ACUMULADO DO PREÇO DA TERRA/ NA DIRA - ARAÇATUBA - Base 1969=100



ANOS	ÍNDICE
1970 a 1972	163
1973 a 1975	537
1976 a 1978	489
1979 a 1981	610
1982 a 1983	464

QUADRO XII - EVOLUÇÃO PREÇO TERRA - PRESIDENTE PRUDENTE - 69 a 83

a) Valores Correntes / Ha - Cr$ 1.00

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev /83
Terra Nua de Primeira	679	680	986	1.550	2.400	5.300	7.210	8.900	11.320	16.116	24.837	48.069	131.000	187.000	279.000
Terra Nua de Segunda	376	496	1.240	1.240	1.600	4.400	5.700	6.790	9.040	13.223	18.294	38.611	107.000	161.000	233.700
Terra Nua de Campo	165	165	258	400	500	2.500	2.820	4.520	4.090	6.612	9.183	25.023	67.000	121.000	185.900
Terra Nua p/ Pastagem	358	432	681	1.220	1.700	4.300	5.100	6.070	8.600	11.983	17.920	36.504	104.000	146.000	225.500
Terra Nua p/ Reflorest.	272	319	560	880	1.000	3.700	4.060	5.110	6.230	8.678	13.356	27.961	76.000	107.000	189.400

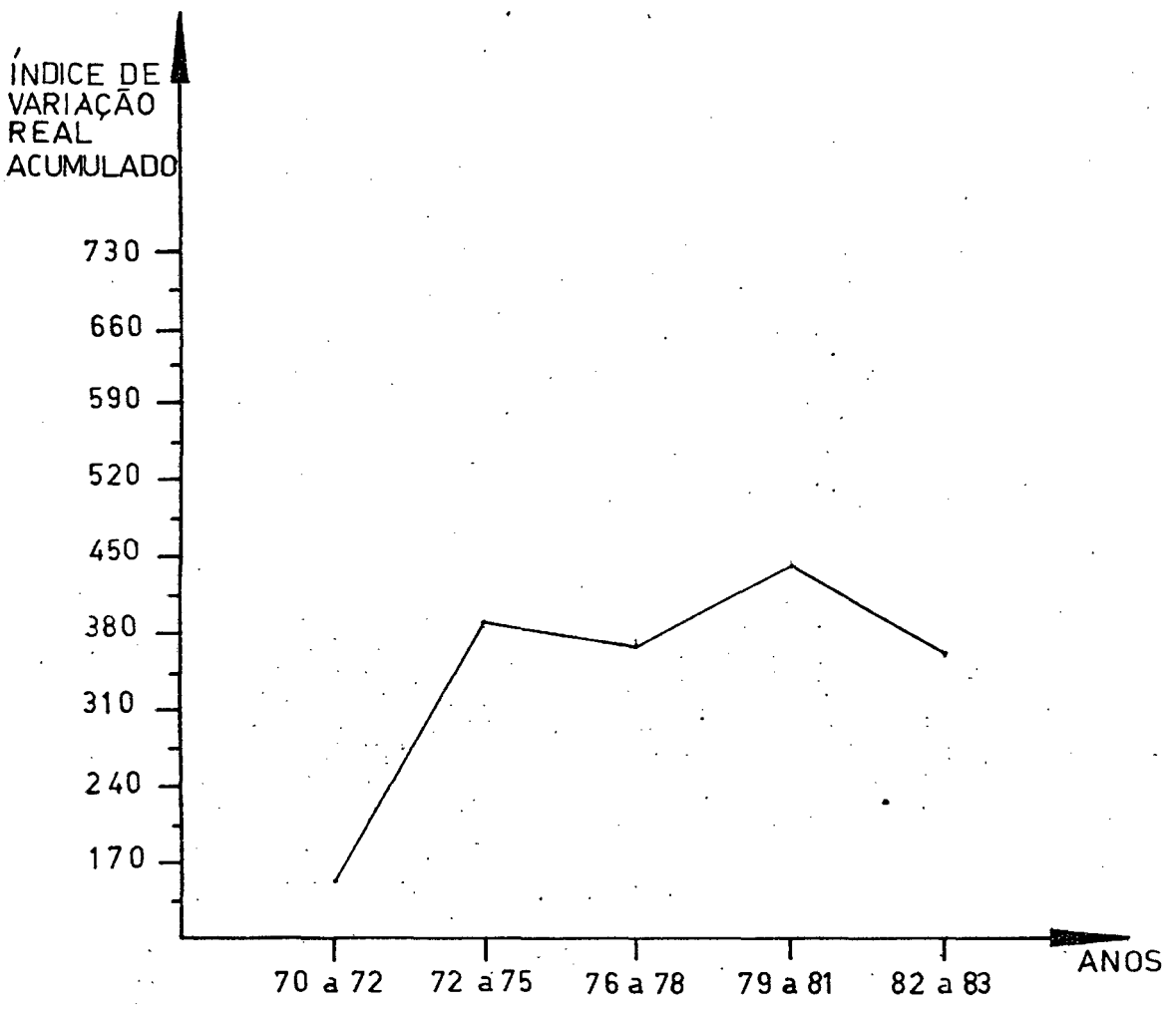
b) Variação Real Anual - %

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev /83
Terra Nua de Primeira	-	(17)	21	31	34	89	1	(7)	(13)	3	8	6	24	(26)	(27)
Terra Nua de Segunda	-	10	108	(19)	12	135	5	(10)	(9)	5	(3)	16	26	(23)	(29)
Terra Nua de Campo	-	(17)	30	29	8	327	(18)	24	(60)	17	(3)	49	22	(6)	(25)
Terra Nua p/ Pastagem	-	1	31	49	20	116	(13)	(10)	(3)	1	5	12	30	(27)	(24)
Terra Nua p/ Reflorest.	-	(2)	46	31	(2)	216	(20)	(5)	(16)	1	8	15	34	(27)	(23)

c) Índice de Variação Real Acumulado - Base: 1969 = 100

	Jan/69	Jan/70	Jan/71	Jan/72	Jan/73	Jan/74	Fev/75	Fev/76	Fev/77	Fev/78	Fev/79	Fev/80	Fev/81	Fev/82	Fev /83
Terra Nua de Primeira	100	83	101	132	177	335	338	315	274	282	305	322	400	296	216
Terra Nua de Segunda	100	110	229	185	208	488	465	417	380	398	387	448	564	435	308
Terra Nua de Campo	100	83	108	139	150	642	526	653	261	305	296	442	539	507	380
Terra Nua p/ Pastagem	100	101	132	197	237	511	445	400	388	392	412	461	599	437	332
Terra Nua p/ Reflorest.	100	98	143	187	184	580	464	441	371	374	404	465	576	421	324

GRÁFICO IX - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VARIAÇÃO REAL ACUMULADO DO PREÇO DA TERRA NA DIRA - PRESIDENTE PRUDENTE - Base 1969=100



ANOS	ÍNDICE
1970 a 1972	102
1973 a 1975	383
1976 a 1978	377
1979 a 1981	442
1982 a 1983	366

Antes de comentarmos os dados dos Quadros, cabe ressaltar que achamos por bem eliminar da análise a DIRA-São Paulo, em virtude de que esta região conta com característica especial em relação às demais Divisões Regionais Agrícolas, qual seja, a de possuir uma extensão de terra agrícola utilizada em escala crescente para construção de unidades industriais e loteamentos com finalidade de recreação e lazer.

Este movimento tem profunda influência sobre os preços da terra, na medida em que o processo de especulação imobiliária torna-se presente, encarecendo sobremaneira o preço das propriedades rurais.

Isto posto, temos condições de analisar os dados constantes dos Quadros IV a XII.

De início ao utilizarmos os índices de variação real acumulados, nos deparamos com 3 períodos bem nítidos, a saber:

a) 1969 a 1972 - neste período houve elevação real no preço da terra para todas as Divisões analisadas, com destaque para as regiões de Sorocaba, Campinas, Araçatuba e Presidente Prudente, e que segundo o Instituto de Economia Agrícola, aconteceu em virtude da "abertura da via Castelo Branco e pelos incentivos fiscais concedidos pelo IBDF para aplicação em reflorestamento".(8) Consideramos que além desta justificativa caberia outra: os preços da terra começaram a ser influenciados diretamente pela política de crédito subsidiado, por exemplo para fertilizantes.

b) 1973 a 1981 - este período foi marcado pelo aumento vertiginoso do preço da terra em todas as regiões analisadas.

Para se ter uma idéia, uma pessoa que, hipoteticamente, tivesse aplicado Cr$ 100,00 na compra de uma gleba de terra em 1972, receberia Cr$ 369,00 em 1981, descontando-se a inflação no período, ou seja, teria um ganho real de aproximadamente 3 vezes sobre o capital aplicado, considerando-se os Índices Médios de Variação Real acumulados para o Estado de São Paulo. Este ganho seria maior ou menor de acorco com o tipo da terra e a região em que fosse realizado o negócio.

Dentre as razões de tal aumento no preço do ativo terra, não podem ser desprezadas as seguintes:

i - inexistência de alternativas de investimento no mercado financeiro, que possibilitassem altas taxas de retorno;

ii - procura de segurança pelo investidor num contexto de crise interna originada a partir da crise do petróleo em 1973, combinada com o próprio efeito perverso do modelo de desenvolvimento econômico adotado no período conhecido como período do "milagre brasileiro".

iii - aumento das áreas destinadas à expansão urbana, como já dissemos, ligada ao próprio movimento da industrialização.

Logicamente cada região possui particularidades que também contribuiram para o aumento verificado no preço da terra agrícola, mas que não nos seria possível analisar no presente trabalho.

O que queremos ressaltar, além das causas gerais apontadas, é que esse aumento correlacionou-se fortemente com o aumento do subsídio destinado à agricultura. Senão vejamos.

De acordo com dados extraídos da Revista Exame de 17/06/81, a evolução do crédito rural, a nível de Brasil, foi a seguinte:

QUADRO XIII

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL - 1973 a 1981

- BRASIL -

Anos	Contratos nº	Contratos Valor	Subsídio Implícito	Produto Agrícola	Participação do Subsídio no Produto (%)
1973	1.399.684	30.334	362	44.270	0,1
1974	1.450.395	48.273	319	65.657	7,8
1975	1.856.131	89.997	24	87.821	10,2
1976	1.832.207	130.226	5.136	137.703	17,6
1977	1.722.063	165.858	8.964	236.849	13,6
1978	1.895.523	233.942	24.235	320.670	12,5
1979	2.373.485	448.731	32.193	529.555	11,5
1980	ñ estimado	844.751	39.980	1.085.323	26,1
1981	ñ estimado	1.293.243	60.938	2.375.000	15,9

FONTE: Revista Exame - 17/06/81 - pág. 82.

Para que possamos calcular o coeficiente de correlação entre a evolução da participação do subsídio no produto, constante do Quadro XIII, e a evolução do preço da terra, visualizemos o Quadro XIV, que aponta o comportamento do Índice de Variação Real Acumulado para o Estado de São Paulo, no período de 1973/81, do preço da terra;

QUADRO XIV

PREÇO DA TERRA

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VARIAÇÃO REAL ACUMULADO

- ESTADO DE SÃO PAULO - 1973 a 1981

Anos	Índice
1973	225
1974	456
1975	496
1976	507
1977	480
1978	490
1979	486
1980	500
1981	572

FONTE: Quadros VII a XIV - Média Aritmética Simples dos Índices Médios de cada DIRA.

Efetuando o cálculo de correlação entre a evolução do Índice de Variação Real Acumulado, indicado no Quadro XIII e a evolução da participação do subsídio no produto, indicada no Quadro XIV, chegamos ao coeficiente de 0,7275341, o que nos assegura que houve forte correlação entre o comportamento do preço da terra no Estado de São Paulo e o subsídio creditício ofertado à agricultura no período considerado.

Esta afirmação pode ser reforçada se levarmos em conta a importância, anteriormente levantada, dos outros tipos de subsídios, o de caráter fiscal, representado pela cédula G, do qual infelizmente não temos avaliação do montante anual e o subsídio creditício embutido nos Programas Especiais.

Esta hipótese, de que a elevação do preço da terra esteve relacionada, dentre outros fatores, com a política de crédito destinada à agricultura, pode ser reforçada indiretamente através do Quadro XV, que mostra, ano a ano, a quantidade de unidades dos principais produtos agropecuários, necessária à compra de um hectare de terra no Estado de São Paulo.(10)

QUADRO XV - UNIDADES DE PRODUTO AGRÍCOLA NECESSÁRIAS PARA ADQUIRIR UM HECTARE DE TERRA, ESTADO DE SÃO PAULO, 1972 - 198(

PRODUTO	UNIDADE	UNIDADES NECESSÁRIAS PARA COMPRA DE UM HECTARE									Quant. 19(
		1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	Quant. 19(
Café	Sc. 60 kg	9.35	11.38	22.85	17.41	7.71	8.83	15.68	11.06	11.83	1.27
Cana de açúcar	t	68.56	97.12	131.78	127.53	130.52	131.43	143.17	103.78	120.37	1.76
Milho	Sc. 60 kg	119.05	122.22	237.50	213.96	258.97	324.71	225.90	181.46	244.72	2.06
Algodão	15 kg	116.96	140.43	217.14	285.28	187.75	250.91	246.14	208.15	262.85	2.25
Laranja	Cx. 40 kg	317.46	366.67	1.187.50	1.283.75	1.251.67	736.00	827.31	693.82	804.27	2.53
Arroz	Sc. 60 kg	41.84	72.26	92.68	79.00	150.20	142.46	119.31	82.25	90.99	2.17
Batata	Sc. 60 kg	63.69	48.53	115.15	137.48	117.34	119.35	114.99	95.64	130.70	2.05
Feijão	Sc. 60 kg	26.99	16.84	52.41	57.06	33.91	44.16	59.57	47.00	47.31	2.75
Soja	Sc. 60 kg	54.95	56.00	113.43	123.73	136.55	129.88	138.91	99.79	141.94	2.58
Carne Bovina	15 kg	22.56	15.00	41.20	34.32	68.00	63.23	51.37	38.07	44.27	1.96
Leite	1.000 l	2.58	1.90	4.68	3.00	5,12	4.64	4.67	4.99	4.81	1.86

(1) Para os produtos vegetais o valor da terra refere-se à terra nua, de primeira. Para a pecuária refere-se à terra p/ pastagem.

(2) Dados estimativos

Fonte: Instituto de Economia Agrícola

O Quadro XV é bastante ilustrativo no que tange à relação entre preço dos produtos agrícolas e preço da terra no Estado de São Paulo, na medida em que reflete a deterioração do preço dos produtos agrícolas em relação ao preço da propriedade fundiária no Estado, durante o período 1973/80.

Alguns produtos, tais como o feijão, soja, algodão e laranja tiveram seus preços aumentados, durante o período considerado, em aproximadamente 150% a menos do que os preços da terra. Mesmo que este diferencial entre aumento no preço dos produtos e no preço da terra não seja tão alto, um fato é inegável: neste período, via de regra, não foram os preços dos produtos que, em estimulando a produção, influenciaram a alta do preço da propriedade fundiária.

Esperamos ter demonstrado que, se abstrairmos das mudanças ocorridas nos fatores localização - em virtude do aumento e melhoria das estradas e dos meios de transporte - e maior fertilidade - ocasionada por técnicas intensivas de cultivo - fatores estes responsáveis pelo aumento da renda fundiária e consequentemente pelo aumento do preço da terra, somente uma política de subsídios, como a que foi levada a efeito no período, é que pode ter contribuído para o aumento do preço da terra agrícola.

Possuir uma propriedade rural neste período, constituía-se como pré-requisito para se conseguir recursos a taxas baixíssimas de juros em relação ao mercado. E este mecanismo não passaria desapercebido pelo grande capital,

que em busca de assegurar maiores taxas de retorno em suas aplicações, imobilizou recursos em propriedades fundiárias,que ao mesmo tempo que lhe permitia crédito fácil,constituía-se como reserva de valor, com retorno potencial, como já vimos, bem acima da inflação, e em consequência, acima da renda fundiária, tal como concebida na teoria clássica.

c) 1982 e 1983 - Com a mudança registrada a partir de 1981 nos financiamentos agrícolas, qual seja, a retirada gradual do subsídio creditício, o preço da terra, em termos reais, começa a declinar o que somente reforça a hipótese perseguida neste trabalho.

O Índice de Variação Real Acumulado cai de 572 em 1981 para 534 e 430 para os períodos de 1982 e 1983, respectivamente.

Estes dados nos levam a crer que, em termos de tendência, o preço da terra deverá nos próximos anos crescer menos que no período compreendido entre 1969 e 1981.

Não negamos que outro importante fator contribuiu decisivamente para que tal fato acontecesse, fator este representado pelas taxas atraentes para aplicação no mercado financeiro, em vista da alta das taxas de juros interna.

O que afirmamos é que este último período analisado passa a apresentar taxas para o empréstimo rural, que tendem a nivelarem-se com as taxas de mercado para emprés

timos em outros setores, o que elimina dos tomadores do crédito rural, a possibilidade de, em contraindo empréstimos, auferirem privilégios que lhe permitiam, porque proprietários de terra, dinheiro a custo subsidiado. E este processo, comprovamos refletiu-se sobre o preço da terra.

Nesta nova situação, torna-se a terra, regra geral, não mais um ativo tão atraente, uma vez que outros ativos passam a substituí-lo, na medida em que apresentam retorno compatível com os níveis inflacionários.

Se nossa hipótese estiver correta, podemos afirmar que para os próximos anos, em se concretizando a retirada total dos subsídios ao crédito agrícola, o preço da terra no Estado de São Paulo tenderá a crescer menos do que no período analisado neste trabalho, uma vez que alternativas de aplicação mais rentáveis, consubstanciadas nos papéis oferecidos pelo mercado financeiro, deverão atrair os investidores.

Do ponto de vista da agricultura, este processo contribuirá ao nosso ver, para amenizar o processo de especulação fundiária, processo que, indubitavelmente, proporciona efeitos perversos quanto ao emprego e à produção agrícola do Estado.

NOTAS

01. Ver a respeito Rezende, Gervásio de Castro - "Crédito Rural Subsidiado e Preço da Terra no Brasil", in Estudos Econômicos, vol. 12(2), IPE/USP, São Paulo (1972), Sayad, João - "Planejamento Crédito e Distribuição de Renda", Rego, Adilson José da Costa e Wright, Charles L. - "Uma análise da Distribuição do Crédito Rural no Brasil, in Revista de Economia Rural, vol. 19, nº 2, Brasília (1981).

02. Mata, Milton da, "Crédito Rural: caracterização do sistema e estimativa dos subsídios implícitos", in Revista Brasileira de Economia, vol. 36, nº 3, FGV - Rio de Janeiro, (1982).

03. Perosa Jr, Roberto Mário e Aidar, Antônio Carlos - "Política de Subsídios no Brasil" - mimeo (1982).

04. Ver a respeito Perosa Jr, Roberto Mário e Aidar, Antônio Carlos - op. cit. mimeo (1982).

05. Ver a respeito Perosa Jr., Roberto Mário e Aidar, Antônio Carlos - op. cit. mimeo (1982).

06. Ver a respeito Perosa Jr, Roberto Mário e Aidar, Antônio Carlos - op. cit. mimeo (1982).

07. Os Bancos Comerciais Privados passam a ser obrigados a destinar recursos para operações rurais a taxas subsidiadas, a par-

tir de 22 de setembro de 1967, com a edição da Resolução nº 69.

08. Instituto de Economia Agrícola in Prognóstico 1972/73 - São Paulo.

09. No cálculo considerado, não foram computados os aumentos na DIRA - São Paulo, pelos motivos explicados no próprio texto.

10. Instituto de Economia Agrícola - Série Prognósticos São Paulo.

CONCLUSÃO

A análise da formação do preço da terra no Brasil não pode estar, atualmente, desligada da própria dinâmica da intervenção do Estado, enquanto formulador de políticas econômicas voltadas ao Setor Agrário.

Defendemos neste trabalho, a hipótese de que a explicação clássica da Renda da Terra e consequentemente do preço da terra não é suficiente para o entendimento do comportamento cíclico que apresenta o preço no mercado de terras no Brasil.

O estudo deste mercado especificamente no Estado de São Paulo, nos revela que fatores externos à produção podem influenciar na variação do preço da terra rural, tais como as condições concretas de crédito destinado ao setor agrário, as políticas fiscais de favorecimento ao grande produtor rural, etc.

Ao analisarmos esta questão desta forma, não estamos querendo invalidar a teoria clássica da renda fundiária. Pelo contrário, reforçamo-la, à medida em que somente com base nos fundamentos que a regem, podemos ter um ponto de partida para entender a dinâmica do desenvolvimento das formas capitalistas de produção no campo.

Somente afirmamos que, se a busca de explicações restringir a essa teoria, certamente estaremos dei-

xando de observar a evolução do próprio modo capitalista de produção, que conta constantemente com a intervenção do Estado como centro controlador das crises e irradiador de soluções para a manutenção do "status quo".

A questão da propriedade fundiária no Brasil tem, portanto, que ser analisada dentro deste prisma. A elevação do preço da terra originada a partir de movimentos especulativos, reflete antes de tudo, um efeito perverso da política econômica governamental, que, privilegiando a grande propriedade improdutiva, gera graves problemas de ordem econômica e social, consubstanciados principalmente na luta pela terra e no êxodo rural.

BIBLIOGRAFIA

. AGUIAR, F.M. - "Teoria e Prática do Crédito Rural", Editora Herba, São Paulo (1977).

. BAER, W. - "A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil, Editora FGV, Rio de Janeiro (1979).

. CARDOSO DE MELLO, J. M. e BELLUZZO L. G. M. - "Reflexões sobre a crise atual" in Revista Escrita Ensaio, São Paulo, (1977).

. CASTRO, Antonio Barros de - "Agricultura e Desenvolvimento no Brasil. 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira"- Vol. II 2a. Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1972. 70 p.

. COUTINHO, F. G. - "Inflexões e crise da Política Econômica: 1974-1980" in Revista de Economia Política, Ed. Brasiliense (1981), volume 1, nº 1.

. CUNHA, Aércio dos Santos - Comentários sobre o trabalho, "Instrumentos de Política Agrícola no Brasil: Pontos para debate", in Coleção Análise e Pesquisa, vol. 25, Brasília, 1982, 8 p.

. FURTADO, Celso - "Análise do Modelo Brasileiro", Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (1975).

. GRAZIANO DA SILVA, José - Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura, Hucitec - São Paulo, 1981, 21 op.

. GRAZIANO NETO, F. - "Questão Agrária e Ecologia", Ed. Brasiliense (1982).

. HOMEM DE MELO, F. B. - "A Política Econômica e o Setor Agrícola no Período Pós-Guerra" in Revista Brasileira de Economia, Ed. FGV, Rio de Janeiro (1979), 33(1).

. _____ - "Política de desenvolvimento agrícola no Brasil" in Resenhas de Economia Brasileira, série ANPEC de Leituras de Economia, Ed. Saraiva, Rio de Janeiro (1979).

. HOMEM DE MELO, F. B. e ZOCKUM, M. H. G. P. - "Exportações Agrícolas, Balanço de Pagamentos e Abastecimento do Mercado Interno" in Estudos Econômicos, IPE/USP (1977), volume 7(2).

. IANNI, Octávio - "Ditadura e Agricultura", Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro (1979).

. _____ - "Estado e Planejamento Econômico no Brasil", Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro (1971).

. IBGE - "Anuário Estatístico do Brasil" - ano V-1939 e 1940, Rio de Janeiro (1939).

. IBGE - "O Brasil em números", Rio de Janeiro (1966).

. IBRA, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. A Estrutura Agrária Brasileira. Dados Preliminares. Rio de Janeiro, 1967, 87 p.

. IEA, Instituto de Economia Agrícola - Coleção Prognóstico. São Paulo.

. INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Estatísticas Cadastrais, Brasília.

. L. S. P. DA SILVA, Gabriel et alii - Os Rumos da Pesquisa Agrícola e o Problema da Produção de Alimentos: algumas evidências no caso de São Paulo in Agricultura em São Paulo. Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. São Paulo, 1979, 26 p.

. LEITE DA SILVA, César Roberto et alii - Utilização do crédito rural pelos produtores do Estado de São Paulo, 1978/79, in Informações Econômicas. Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, 1983, 10 p.

. MATA, Milton da - "Crédito Rural: caracterização do sistema e estimativa dos Subsídios Implícitos" in Revista Brasileira de Economia, FGV - Rio de Janeiro (1982).

. MARX, Karl - O Capital. Crítica da Economia Política. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1974, 1079 p.

. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica - "Programa de Ação Econômica do Governo", Brasília (1964).

. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral - "Programa Estratégico de Desenvolvimento", Brasília (1967).

. MUNHOZ, D. G. - "Economia Agrícola - Agricultura - uma defesa dos subsídios", Ed. Vozes, Petrópolis (1982).

. NAKANO, Yoshiaki - Questões Prioritárias na Formulação de Políticas Agrícolas. In Coleção de Análise e Pesquisa. Vol. 25. Secretaria do Planejamento. Brasília, 1972. 7 p.

. _____ - A Destruição da Renda da Terra e a Taxa de Lucro na Agricultura, in Revista de Economia Política. Vol. 1, nº 3. Brasiliense. São Paulo, 1981, 14 p.

. OLIVEIRA, Francisco de - A economia brasileira: crítica à razão dualista in Seleções CEBRAP, nº 1. Brasiliense, São Paulo, 1976, 72 p.

. PAIVA, Ruy Miller - Reflexões sobre uma Política de Aumento da Produção Agrícola no Brasil in Coleção e Pesquisa, vol. 25. Secretaria do Planejamento. Brasília, 1982. 15p.

. PEROSA JR, Roberto Mário - "Política Agrícola no Brasil" in Coleção de Análise e Pesquisa. Vol. 25, Secretaria do Planejamento. Brasília, 1982, 6 p.

. PEROSA JR, Roberto Mário e AIDAR, Antônio Carlos - "Política de Subsídios no Brasil" - mimeo (1982).

. PREBISH, R. - "O desenvolvimento econômico da América-Latina e seus principais problemas" in Revista Brasileira de Economia, Ed. FGV, Rio de Janeiro (1949).

. RATTNER, H. - "Industrialização e Concentração Econômica em São Paulo", Ed. FGV, Rio de Janeiro (1972).

. REGO, Adilson José da Costa & WRIGHT, Charles L. - Uma análise da Distribuição do Crédito Rural no Brasil in Revista de Economia Rural, vol. 19, nº 2, Brasília, 1981, 22p.

. Relatório do Banco do Brasil (1939).

. REZENDE, Gervásio de Castro - Mudanças na Política Agrícola e Estrutura Agrária in Coleção de Análise e Pesquisa. Vol. 25, Brasília, 1982, 9 p.

. _____ - "Crédito Rural Subsidiado e Preço da Terra no Brasil", in Estudos Econômicos, Vol. 12(2), IPE/USP, São Paulo (1972).

. São Paulo (ESTADO) Secretaria de Economia e Planejamento Coordenadoria de Planejamento e Avaliação - Trabalho volante na Agricultura Paulista. São Paulo, 1978, 431 p.

. SAYAD, João - Preço da Terra e Mercados Financeiros in Pesquisa e Planejamento Econômico - Vol. 7, nº B - IPEA - Rio de Janeiro, 1977, 40 p.

. _____ - "Especulação Financeira, Crédito Subsidiado e Preço da Terra" - mimeo - Set/80.

. SILVA, S. S. - "Valor e Renda da Terra", Ed. Polis, São Paulo (1981).

. SINGER, Paul - "A crise do milagre", Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro (1976).

. SOUZA, Itamar de - "Migrações Internas no Brasil" - Ed. Vozes, Petrópolis (1980).

. TAVARES, M. C. - "Da substituição de importações ao capitalismo financeiro", Ed. Zahar, Rio de Janeiro (1976).

. WANDERLEY, M. N. B. - "Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira" in Reflexões sobre a Agricultura Brasileira, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro (1979).